

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO AMBIENTAL

MARÍLIA ZAMONER

O CONCEITO JURÍDICO DE FAUNA SILVESTRE NO BRASIL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA 2014

MARÍLIA ZAMONER

O CONCEITO JURÍDICO DE FAUNA SILVESTRE NO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Ambiental do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Direito Ambiental.

Orientador: Prof. Doutor Sergio Augusto Abrahão Morato.

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

MARÍLIA ZAMONER

O CONCEITO JURÍDICO DE FAUNA SILVESTRE NO BRASIL

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Ambiental do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de alguma forma se preocupam com um ambiente ecologicamente equilibrado, sem perder de vista o princípio constitucional do desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que fizeram deste animal silvestre alguém com vontade de contribuir um pouco para a construção de um mundo melhor.

Ao meu irmão, por me propiciar momentos de imensa alegria e prazer de estar permitindo envelhecer ao seu lado.

Aos meus sobrinhos, Rafael e Marcelo, verdadeiros absurdos da natureza, pelos quais penso sempre em deixar um mundo mais sustentável.

À minha irmã, pela paixão contagiante pela ciência, por seu incansável estímulo na conclusão deste trabalho e pela imensa ajuda em sua elaboração.

Ao meu cunhado Deni, cujo negócio e saborosos debates me estimulou a estudar sobre o tema e acabou por me fazer buscar a necessária formação.

Agradeço também aos alunos do Curso de Engenharia Florestal da Faculdade Anchieta, que, em apenas quatro aulas, me despertaram a vontade de participar da construção do Direito Ambiental.

Ao Prof. Doutor Sérgio Morato por aceitar a orientação deste trabalho.

À Universidade Federal do Paraná, minha sempre Universidade, responsável pela minha formação de graduação, extensão e agora, também de pós-graduação.

"A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades."

RESUMO

Considerando as diversas normas jurídicas existentes e vigentes a respeito da fauna silvestre no Brasil, e as consequentes dificuldades e contradições em sua aplicação, especialmente do Decreto nº 6514/2008 que regulamenta as infrações ambientais nesta matéria, esta pesquisa inicia apresentando as diversas normas jurídicas vigentes que conceituam a fauna silvestre no território brasileiro. Discute as divergências de conceitos encontradas. Discute a necessidade dos agentes públicos conhecerem o conceito jurídico de fauna silvestre para aplicação correta do Decreto nº 6514/2008 e demais atos infra-legais de regência. Apresenta os problemas surgidos a partir de tais divergências, especialmente diante de auto de infrações perpetradas sem a observância de tais conceitos legais, com fundamento nos decretos mencionados. Propõe um conceito único, a partir de uma interpretação sistemática das normas vigentes, tendo como norte os ditames constitucionais.

Palavras-chave: Fauna silvestre. Conceito jurídico de fauna silvestre. Auto de infração ambiental.

ABSTRACT

Considering the various existing and prevailing legal standards regarding wildlife in Brazil, and the consequent difficulties and contradictions in your application, especially the Decree 6514/2008 that regulates environmental infractions in this regard, this research begins by presenting the various legal rules force that conceptualize wildlife in Brazil. Discusses the differing concepts found. Discusses the need for public officials to know the legal concept of wildlife for correct application of Decree n ° 6514/2008 infrastructure and other legal acts of the regency. Presents the problems arising from such differences, especially on auto infractions perpetrated without compliance with these legal concepts, based on the decrees mentioned. Proposes a unique concept, from a systematic interpretation of the current regulations, with the north constitutional dictates.

Keyword: Wild fauna. Legal concept of wildlife. Environmetal act infraction.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 METODOLOGIA | 12 |
| 3 OBJETIVOS | 13 |
| 3.1. OBJETIVOS GERAIS | 13 |
| 3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 13 |
| 4 DESENVOLVIMENTO | 14 |
| 4.1 DIFERENÇA ENTRE CONCEITO LEGAL E CONCEITO JURÍDICO | 14 |
| 4.2 CONCEITOS NORMATIVOS DE FAUNA SILVESTRE | 15 |
| 4.2.1 A Fauna na Constituição Federal de 1988 | 15 |
| 4.2.2 Conceito Legal de Fauna Silvestre na Lei de Proteção à Fauna | 16 |
| 4.2.2.1 Função Ecológica da Fauna Silvestre | 17 |
| 4.2.3 Conceito Legal de Fauna Silvestre na Lei de Crimes Ambientais | 18 |
| 4.2.4 Conceito Normativo de Fauna Silvestre no Decreto 6.514/08 | 21 |
| 4.2.5 Conceito normativo de fauna silvestre na Portaria/IBAMA n.º 93/98 | 22 |
| 4.2.6 Conceito Normativo de Fauna Silvestre na Portaria n.º 118-N/97 | 23 |
| 4.2.7 Conceito normativo de fauna silvestre na Portaria/IBAMA n.º 118-N/97 | 24 |
| 4.2.8 Conceito normativo de fauna silvestre na Portaria/IAP n.º 299/13 | 24 |
| 4.2.9 Aplicação dos Conceitos Normativos | 26 |
| 4.3 REVISÃO DE LITERATURA | 27 |
| 4.4 DISCUSSÕES | 30 |
| 4.4.1 Consequências da Ausência de um Conceito Jurídico de Fauna Silvestre | 30 |
| 4.4.1.1 As Apreensões de animais classificados pela espécie, no momento da fiscalização | 31 |
| a) Erros na tipificação de delito ou infração ambiental | 32 |
| b) Exemplos de jurisprudência encontrada sobre o tema | 32 |
| 5 CONCLUSÕES | 34 |
| 5.1 PROPOSTA DE CONCEITO JURÍDICO DE FAUNA SILVESTRE | 35 |
| 6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS | 38 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 39 |
| ANEXO I | 41 |
| ANEXO II | 59 |
| ANEXO III | 64 |
| ANEXO IV | 67 |
| ANEXO V | 79 |

1 INTRODUÇÃO

Há muitos diplomas normativos elaborados ao longo de mais de 40 anos¹, muitos deles ainda vigentes, e que apresentam conceitos diversos de fauna, como fauna silvestre, nativa, exótica, doméstica, para criadouros etc. Exemplo disso é a Lei de Proteção à Fauna, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei de Biossegurança, a Lei de Crimes Ambientais e seus decretos e portarias regulamentadores.

Há um aparente conflito de normas no que se refere especialmente à fauna silvestre, na medida em que tanto a Lei de Crimes Ambientais em seu § 3º do art. 29, quanto a Lei de Proteção à Fauna em seu art. 1º ainda vigente, contêm conceitos de fauna silvestre conflitantes. Estes diplomas conceituam diretamente a fauna silvestre, porém, outras normas, de modo indireto, também conflitam com tais conceitos, não obstante a hierarquia de normas jurídicas estabelecida (PULNER, 2007).

Muitos são os autores que se depararam com o problema, enfrentando-o, entretanto, separadamente. Os conceitos de fauna silvestre vêm sendo debatidos isoladamente no âmbito penal, em especial da Lei de Crimes Ambientais (MORAES *et al.*, 2005; COSTA NETO *et al.*, 2000), no âmbito constitucional (SILVA, 2000), e nos aspectos civis e atividades lícitas (FIORILLO, 2006; FIORILLO *et al.*, 1999; FREITAS *et al.*, 1997)

A necessidade de se estabelecer um conceito jurídico de fauna silvestre se dá diante das muitas ações dos órgãos ambientais competentes, especialmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)², e mais recentemente os órgãos estaduais ambientais, que vêm se deparando com muitas dificuldades em determinar se as espécies apreendidas configuram-se como

¹ A Lei 5.197 de 3 de janeiro de 1967, conhecida como Código de Caça já tratava da matéria em seu art. 1º: “Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.

² Os recursos aos autos de infração aplicados pelo IBAMA referentes ao tema foram consultados em <http://www.ibama.gov.br/julgamento/resultados-de-recursos-a-autos-de-infracao> disponível em 25 de agosto de 2014.

pertencentes à fauna silvestre ou não, assim configurando ou não o delito criminal ou a infração administrativa.

Por outro lado, a clareza no conceito jurídico de fauna silvestre exige conhecimento técnico do agente público ao identificar as espécies vistoriadas, permitindo diferenciar espécies silvestres de outras espécies, tais como espécies nativas, exóticas, domésticas etc. Tal diferenciação é essencial na configuração ou não de crime ou infração administrativa, uma vez que o regramento para uma ou outra espécie se difere e, via de consequência, também a sanção a ser aplicada. Não é raro haver lavratura de autos de infração e apreensões de animais de forma totalmente ilegal simplesmente por erro na classificação, como animais silvestres, de animais verdadeiramente domésticos³.

³ No Anexo V verificam-se diversos julgados do Poder Judiciário brasileiro, dando conta dos erros cometidos pelos agentes do IBAMA na identificação de animais apreendidos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa focou no estudo e interpretação sistemática das normas vigentes, de modo que o trabalho foi totalmente intelectual.

Primeiramente se fez uma busca das normas a serem analisadas. Posteriormente, fez-se a revisão de literatura a respeito dos conceitos de fauna silvestre, a fim de interpretar os conceitos encontrados, identificando, na literatura, os pontos convergentes e divergentes nos diversos conceitos.

A pesquisa final se deu sobre a jurisprudência encontrada sobre a matéria relativa de ações penais por inexistência de crime ambiental e às anulações de autos de infração emitidos por erro na conceituação de fauna silvestre.

Por fim, propôs-se a interpretação sistemática aos conceitos encontrados oferecendo uma alternativa que prime pela segurança jurídica aos agentes públicos que responsáveis pelas vistorias em criadouros, quando da identificação de infração administrativa ambiental ou crime ambiental relativo à fauna silvestre, e também aos cidadãos possuidores de animais de estimação e criadouros estabelecidos com essa finalidade.

O maior problema encontrado com a divergência de conceituação foi no trato com os órgãos ambientais. A dificuldade do agente público que emite os autos de infração está em se estabelecer quando um animal silvestre se torna doméstico, e qual a natureza dos animais criados em criadouros. Essa dificuldade vem impedindo a correta tipificação de crimes ambientais e de infrações ambientais, causando muitos conflitos e incontáveis prejuízos a criadouros legais que veem seus animais apreendidos e impostas pesadas sanções como multas e até o fechamento do negócio, sem qualquer fundamento legal comprovado, obrigando-os a bater às portas do Judiciário.

3 OBJETIVOS

3.1. OBJETIVOS GERAIS

O objetivo geral do trabalho é identificar as diversas normas vigentes relativas à fauna silvestre no Brasil para viabilizar a proposta de um conceito jurídico de fauna silvestre brasileira.

A interpretação sistemática dos conceitos encontrados pretende oferecer uma alternativa que prime pela segurança jurídica aos agentes públicos que vistoriam criadouros, quando da identificação de infração administrativa ambiental ou crime ambiental relativo à fauna silvestre, e também aos cidadãos possuidores de animais de estimação e criadouros estabelecidos com essa finalidade.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com um conceito jurídico - e não apenas legal, normativo - de fauna silvestre, o trabalho visa colaborar para que as ações dos órgãos ambientais se deem de forma legal, dando mais segurança jurídica a criadouros, colecionadores e proprietários de animais domésticos ao mesmo tempo que permita uma maior clareza na tipificação e na punição de crimes e infrações administrativas ambientais.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 DIFERENÇA ENTRE CONCEITO LEGAL E CONCEITO JURÍDICO

Conforme o Dicionário Michaelis, *legal* significa “conforme à lei, relativo à lei, prescrito pela lei”.

O mesmo dicionário conceitua *jurídico* como “concernente ao Direito, conforme às ciências do Direito ou aos seus preceitos”.

A Ciência do Direito já há muito distingue entre o que é legal (vindo da lei, norma escrita, positivada, formal) e o que é jurídico (vindo do Direito, de todas as normas escritas e não escritas, não necessariamente positivadas, da doutrina e da jurisprudência, em suma, a norma material).

A lei não contém todo o direito (FERREIRA, 1970), vez que tem lacunas que por sua vez são resolvidas pelo Direito. É, sem dúvida, uma das fontes do direito mais significativas, porém a lei não se confunde com ele.

Hans Kelsen, quando desenvolveu a ideia da norma jurídica hipotética que daria azo ao nascimento das normas constitucionais, identificou os conceitos como sendo lógico-jurídicos e jurídico-positivos (GOMES, 2013). Aquele é a ideia de uma norma que antecede à norma escrita, fundamento transcendental de validade de todo o sistema, e este o que está efetivamente postado na lei.

Do mesmo modo, a classificação entre normas formais (forma de norma: por exemplo, lei, ainda que sem conteúdo de regra jurídica, como a lei orçamentária) (GUSMÃO, 1960) e materiais (conteúdo de norma, mesmo sem estar escrita, como uma norma consuetudinária ou moral, por exemplo), indicam a diferença entre o que é legal e o que é jurídico.

Pulner (2007), citando Hans Kelsen, apresenta a seguinte ordem hierárquica no grau de aplicação das normas de Direito Ambiental:

1. Constituição Federal;
2. Leis complementares, ordinárias, delegadas e medidas provisórias;
3. Decretos Regulamentares;

4. Outras normas de hierarquia inferior, tais como Instruções Normativas, Portarias, Resoluções, circulares etc.

Claro está, portanto, que uma norma inferior não pode se afastar da norma superior. Assim, uma portaria não pode ir além do decreto regulamentador, que, por sua vez, não pode se evadir da lei que pretende regulamentar, que finalmente deve estar em harmonia com a Constituição Federal.

Feitas tais distinções, passa-se aos diversos conceitos normativos de fauna silvestre encontrados no ordenamento jurídico brasileiro.

4.2 CONCEITOS NORMATIVOS DE FAUNA SILVESTRE

Há, no ordenamento jurídico brasileiro, mais de um conceito legal de fauna silvestre. A Lei Federal nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967, comumente conhecida como Lei de Proteção à Fauna, bem como a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998), trazem expressamente conceitos de fauna silvestre. Tal conceito também é mencionado no Decreto Federal nº 6.513 de 22 de julho de 2008 e nas Portarias/IBAMA nº 93/98 e 118/97, que serão abordados a seguir.

4.2.1 A Fauna na Constituição Federal de 1988

O art. 225 da Constituição Federal disciplina a proteção ao meio ambiente desenhada pela nova ordem constitucional brasileira após 1988.

Diz ele:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988)

A proteção constitucional ao meio ambiente, portanto, se dá em diversos aspectos, destacando-se:

- a) Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

- b) Bem de uso comum do povo;
- c) Essencial à sadia qualidade de vida;
- d) Preservação para as presentes e futuras gerações.

Todos os bem ambientais, neste contexto devem ser disciplinados tendo como norte essas premissas constitucionais.

A fauna foi tratada na Constituição da República no art. 225, § 1º, VII:

“§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. (BRASIL, 1988)

A legislação infra legal, portanto, ainda que vigente antes da entrada em vigor da atual Constituição Federal, com ela deve se coadunar, sob pena de invalidade.

Assim, toda e qualquer legislação que não tenha como foco central as premissas trazidas pela Constituição Federal não foram por ela recepcionadas.

4.2.2 Conceito Legal de Fauna Silvestre na Lei de Proteção à Fauna

A Lei nº 5.197/67 conceitua fauna silvestre em seu art. 1º da seguinte forma:

“Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.” (BRASIL, 1967)

Uma vez que a referida lei está de acordo com os ditames constitucionais vigentes, conclui-se que foi recepcionada pela ordem constitucional atual, conforme atesta Fiorillo (2005).

Da redação do referido dispositivo legal, destacam-se alguns elementos identificadores da fauna silvestre.

O primeiro deles é que a definição legal não distingue espécies, na medida em que afirma se tratar de “**quaisquer espécies**, em qualquer fase do seu desenvolvimento”.

Dessa forma, pela Lei de Proteção à Fauna, fauna silvestre não se confunde com fauna nativa e não se opõe ao conceito de fauna exótica. Uma espécie exótica que se encontre vivendo normalmente no ambiente natural será considerada fauna silvestre.

A questão, aparentemente irrelevante, chama a atenção se imaginarmos a hipótese de um animal que já foi doméstico, ou seja, que já viveu em cativeiro, tendo sua vida dependente de seus cuidadores, que, por qualquer razão passa a viver no ambiente natural sem depender de ajuda. Esse animal **tornou-se** silvestre e passou a ter a proteção da lei em comento. O segundo elemento chave qualificador da fauna silvestre é o fato de a espécie ter que, necessariamente, ser capaz de viver **naturalmente** fora do cativeiro.

Viver naturalmente significa viver sem a dependência do humano, situação característica de cativeiro. Ora, se a lei destaca a vida **fora do cativeiro**, viver naturalmente, significa por dedução lógica, a vida livre, no ambiente natural⁴.

Evidencia-se, portanto, que, para tal classificação pouco importa se a espécie tratada é exótica (que não é natural do Brasil) ou nativa. Basta que esteja vivendo **naturalmente** fora do cativeiro, que será considerada como silvestre.

4.2.2.1 Função Ecológica da Fauna Silvestre

O elemento característico da vida fora do cativeiro se subsume (quer dizer, um fato real (ser) que corresponde ao posto na norma jurídica (dever ser)) ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de estatura constitucional.

É dizer, por outra via, que a proteção à fauna silvestre se dá principalmente em razão de sua função ecológica.

⁴ MARINS, Aline Teixeira et al. “LUGAR DE BICHO É NO MATO”—EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A BUSCA PELA PROTEÇÃO DA FAUNA SILVESTRE: “Define-se por fauna silvestre, ou selvagem, aquela constituída por animais que nascem e vivem em habitats naturais. Diferentemente dos animais domésticos, estes não necessitam da presença humana para sobreviver, vivendo exclusivamente do que a natureza provê. Podem ser nativos ou exóticos”.

Salienta Fiorillo (2005):

“Esta função vem destacada no art. 225, § 1º, VII, da Constituição, ao vedar as atividades contra a fauna e a flora que coloquem em risco a sua função ecológica, a extinção das espécies e a crueldade contra os animais. Ao falar em função ecológica dos bens ambientais, aludida assertiva relaciona-se diretamente com a manutenção do equilíbrio ecológico mencionado no caput do artigo, essencial à sadia qualidade de vida.

A função ecológica é cumprida na medida em que a fauna participa da manutenção e equilíbrio do ecossistema, sendo responsável pela criação de um ambiente sadio, o qual, como sabido, é essencial à vida com qualidade”. (FIORILLO, 2005)

A função essencial da fauna silvestre, conforme a ordem constitucional, portanto, é a ecológica, o que se revela na parte final do art. 1º da Lei de Proteção à Fauna, ao estabelecer como requisito para caracterização da fauna silvestre a vida fora do cativeiro.

É dizer, *a contrario sensu*, que nem toda fauna tem função ecológica, e, portanto, não será silvestre, **independentemente de sua espécie**.

4.2.3 Conceito Legal de Fauna Silvestre na Lei de Crimes Ambientais

A Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal n.º 9.605/98, tem como escopo a definição do fato tido como crime ou infração administrativa ambiental. O objetivo de uma lei penal, portanto, não é disciplinar relações lícitas, mas, ao contrário, estabelecer o que é ilícito.

E, como ilícito que é, fica a ela restrita.

Tal lei define fauna silvestre no parágrafo 3º do art. 29, da seguinte forma:

“§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras”. (BRASIL, 1998)

O primeiro desafio encontrado pelo exegeta na leitura de tal preceito é a verificação se a fauna exótica estaria ou não inclusa no dispositivo. Em um primeiro

momento, imagina-se que estaria incluso no conceito, na medida em que o legislador incluiu a expressão “**e quaisquer outras**”.

Entretanto, se entendermos que após a vírgula que seguiu-se à palavra “nativas”, se trata de um apostrofo (migratórias e quaisquer outras), concluiremos que o legislador limitou a tutela penal da fauna silvestre apenas às espécies nativas, excluindo, portanto, as exóticas. Tal conclusão faz total sentido, na medida em que a lei penal deve ser interpretada restritivamente. Ademais, a função ecológica reside principalmente nas espécies nativas e não nas exóticas. São as espécies nativas – e não as exóticas – responsáveis por um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os elementos qualificadores da fauna silvestre, neste dispositivo legal, portanto, são três: a) espécies nativas, sejam elas migratórias ou quaisquer outras, aquáticas ou terrestres; b) deve haver ciclo de vida das espécies no todo ou em parte e; c) tal ciclo deve ocorrer dentro dos limites do território brasileiro ou de suas águas jurisdicionais.

Nesta interpretação, estão excluídos todos os animais exóticos e não somente os que não se adaptaram ou se reproduziram no território nacional, como afirma Stifelman (2007). É dizer: todas as ações previstas no tipo penal do art. 29 não se aplicam à fauna silvestre exótica.

Questão que se abre em tal conceito refere-se à (des)necessidade de o animal sobreviver fora do cativeiro, já que a lei penal não estabeleceu, de fato, tal característica nos limites da tipificação penal.

Neste ponto, embora Stifelman (2007) tenha afirmado que “*a liberdade do animal é fundamental para a caracterização deste como silvestre*”, em verdade tal requisito não está presente no dispositivo da lei penal que conceitua fauna silvestre, qual seja, o § 3º do art. 29 da lei 9605/98, uma vez que o “território brasileiro” não é composto apenas pelo ambiente natural, onde o animal poderia estar livre, mas estende-se por todo espaço territorial compreendido em nossas fronteiras, além de outros espaços fora delas, também considerado pela lei como território nacional.

Como é sabido, em criadouros, que também se situam dentro do território brasileiro, diversas espécies desenvolvem seu ciclo de vida no todo ou em parte. Assim, em princípio, ainda que estejam em cativeiro, nos termos do § 3º do art. 29 da lei ora analisada, tais espécies também podem ser consideradas silvestres.

Por outro lado, se o legislador pretendia abarcar todas as espécies no tipo penal do art. 29 não haveria porque ter mencionado expressamente o qualificativo *silvestre*.

A questão, portanto, é identificar o ponto que, para o legislador penal, as espécimes da fauna silvestre se diferenciam das demais espécimes.

Resta claro que não se trata de norma penal em branco, uma vez que o § 3º do art. 29 da referida lei tratou de conceituar as espécimes da fauna silvestre, não cabendo, portanto, ao legislador infra-legal estabelecer o que é e o que não é silvestre.

O *caput* do art. 29 assim define o tipo:

“Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:”
(BRASIL, 1998)

Do núcleo do tipo múltiplo já se vê que alguns dos verbos não se enquadram à fauna doméstica. São eles: perseguir, caçar, apanhar. Tais ações, ao que parece, só seriam possíveis em se tratando de animais que vivem livremente no ambiente natural.

Por outro lado, as ações *matar* e *utilizar* são perfeitamente possíveis de se aplicarem à fauna doméstica, de modo que, em princípio, o tipo penal em comento não se restringe à fauna silvestre conforme o conceito que lhe deu o art. 1º da Lei de Proteção à Fauna, mas poderia abranger a fauna doméstica e os animais criados em cativeiro, já que a lei penal não os excluiu como o fez a Lei de Proteção à Fauna.

A literatura, em verdade, não enfrenta essa questão, presumindo que o conceito de fauna silvestre exige a liberdade do espécime no ambiente natural, também para fins do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais.

Ocorre que, uma vez que o legislador penal tratou de conceituar fauna silvestre, e neste conceito não limitou o habitat do animal como livre ou em cativeiro, tem-se que, em um primeiro momento, para fins do tipo penal do art. 29, a fauna silvestre abrange os espécimes domésticos e domesticados, desde que nativos.

É de se notar, contudo, que o fato de o conceito de fauna silvestre estar localizado no § 3º do art. 29 permite compreender que tal conceito serve única e exclusivamente para fins de classificação do tipo penal do art. 29.

Essa conclusão se mostra mais evidente ao se analisar o art. 32 da mesma Seção I do Capítulo V da lei. Veja-se:

“Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:” (BRASIL, 1998)

Aqui o legislador introduziu a classificação de animais domésticos e domesticados ao lado dos animais silvestres. Tal opção legislativa, portanto, para fins de classificação do tipo do art. 32, evidencia que animais domésticos e domesticados, tanto nativos quanto exóticos, não são o mesmo que animais silvestres, tanto nativos quanto exóticos.

A Constituição Federal, entretanto, parece dar a resposta correta para o estabelecimento dos limites do conceito de fauna silvestre também para fins penais. Aqui, novamente, a função ecológica parece ser o ponto nevrálgico que responde ao destaque do legislador penal ao mencionar fauna *silvestre* e, ao mesmo tempo, visa coibir do modo mais pesado que o Direito conhece – o penal – práticas que ponham em risco a sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Evidencia-se, assim, que a fauna silvestre para fins penais é aquela que tem capacidade de viver fora do cativeiro e que esteja dentre as espécies nativas.

A lei penal, contudo, restringiu a proteção da fauna silvestre à fauna nativa, numa clara indicação de que a fauna exótica não é essencial ao equilíbrio de nosso ecossistema.

Neste ponto, qual seja, estabelecer quais espécies são nativas, há norma penal em branco, cabendo ao legislador infra legal a definição de quais espécies são nativas e quais não são. Lembre-se que tais definições servem apenas para fins penais, não se aplicando, portanto, a atividades lícitas.

4.2.4 Conceito Normativo de Fauna Silvestre no Decreto 6.514/08

O Decreto 6.514/08 veio a regulamentar a Lei 9605/98 no que se refere a infrações administrativas ambientais, uma vez que referida lei em seu art. 70, genericamente afirma que infração administrativa ambiental é *“toda ação ou omissão*

que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”.

A finalidade do referido decreto, portanto, é tipificar as infrações administrativas ambientais, uma vez que a Lei de Crimes Ambientais não o fez, além de estabelecer o processo administrativo para sua apuração e processamento.

Assim, em seu § 7º do art. 24, o mencionado decreto assim define fauna silvestre:

“§ 7º São espécimes da fauna silvestre, para os efeitos deste Decreto, todos os organismos incluídos no reino animal, pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras não exóticas, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo original de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras”. (BRASIL, 2008)

O decreto, adotou em parte o conceito do § 3º do art. 29 da lei, **excluindo dele, entretanto, as espécies exóticas.**

Uma vez que o referido dispositivo normativo expressamente adota tal conceito para todo o corpo do decreto, ou seja, para todas as infrações administrativas que tipifica, vê-se que houve uma deliberada restrição das infrações administrativas às espécies nativas, nas quais se inclui as domésticas e domesticadas, além, é claro, as silvestres conforme o conceito adotado pelo art. 1º da lei 5.197/67.

4.2.5 Conceito normativo de fauna silvestre na Portaria/IBAMA n.º 93/98

A referida portaria do IBAMA regulamenta a importação e exportação da fauna silvestre brasileira e exótica e em seu art. 2º assim as conceitua:

*“I - Fauna Silvestre Brasileira: são todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do Território Brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras.
II - Fauna Silvestre Exótica: são todos aqueles animais pertencentes às espécies ou subespécies cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro e as espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado ou alçado. Também são consideradas exóticas as espécies ou subespécies que tenham sido introduzidas fora das*

fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em Território Brasileiro". (BRASIL, 1998 b)

A fim de diferenciar as espécies nativas das exóticas a portaria incluiu no gênero *fauna silvestre* as “domésticas em estado asselvajado ou alçado”.

Vale dizer que, em se tratando de fauna exótica, não nativa portanto, o IBAMA considera como fauna silvestre o espécime que foi domesticado. Tal conceito se coaduna com o do § 3º do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais.

Ocorre, entretanto, que tal portaria apenas regulamenta a importação e exportação de espécimes da fauna silvestre, ou seja, uma atividade lícita.

Adotar o conceito estabelecido para a finalidade exclusiva do tipo penal do art. 29 da Lei 9605/98 parece ter ido além do que o legislador penal efetivamente pretendia, na medida em que atividades lícitas não poderiam ser regulamentadas com base em lei que define ilícitos.

4.2.6 Conceito Normativo de Fauna Silvestre na Portaria nº 118-N/97

A referida portaria regulamenta os criadouros de fauna silvestre brasileira.

É o ato normativo de excelência para pessoas que pretendem criar e comercializar espécimes da fauna silvestre brasileira de forma legal.

Necessário destacar que esta portaria não trata da fauna silvestre exótica, que foi tratada na Portaria/IBAMA nº 102/98.

Na norma ora tratada, a fauna silvestre brasileira vem conceituada em seu art. 3º da seguinte forma:

“Art. 3º - Considera-se fauna silvestre brasileira todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, reproduzidos ou não em cativeiro, que tenham seu ciclo biológico ou parte dele ocorrendo naturalmente dentro dos limites do Território Brasileiro e suas águas jurisdicionais”. (BRASIL, 1997)

Salta aos olhos a expressão: “*reproduzidos ou não em cativeiro*”. Tal expressão deixa claro que, para fins de estabelecimento de criadouro da fauna silvestre nativa, uma espécie pode ser considerada silvestre, mesmo que tenha se reproduzido em cativeiro.

Aqui, portanto, a liberdade do animal, a sua vida independente da ação do humano, está definitivamente excluída.

Mais uma vez parece que o legislador infra-legal foi além do que quis a lei, na medida em que limitou uma atividade lícita, que não foi limitada pela lei.

Novamente partiu-se do conceito de fauna silvestre estabelecido para fins penais, ou seja, um conceito relativo a ações ilícitas para disciplinar atividades lícitas.

4.2.7 Conceito normativo de fauna silvestre na Portaria/IBAMA nº 118-N/97

Esta norma regulamente os criadouros de espécies da fauna silvestre exótica e para tanto, os conceitua em seu art. 3º e parágrafo único:

“Art. 3º - Considera-se fauna silvestre exótica aqueles animais pertencentes às espécies ou subespécies cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro e suas águas jurisdicionais e as espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas, em estado asselvajado ou alçado.

Parágrafo Único - São também consideradas exóticas, as espécies ou subespécies que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em Território Brasileiro”.
(PARANÁ, 2013)

Novamente o normativo do órgão regulamentador inclui a fauna doméstica no conceito de fauna silvestre, desta vez sequer se referindo à vida e/ou reprodução em cativeiro. É dizer: mais uma vez o Executivo se utilizou de um conceito destinado à ações ilícitas para atividades lícitas.

O diferencial aqui se refere apenas à origem do animal, ou seja, se a distribuição geográfica da espécie incluiu ou não o território brasileiro ou que tenham sido introduzidas ou entrado neste mesmo território.

4.2.8 Conceito normativo de fauna silvestre na Portaria/IAP n.º 299/13

Em novembro de 2013 o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) emitiu a Portaria n.º 299 que dispõe sobre o licenciamento ambiental para empreendimentos de que fazem uso e manejo de fauna silvestre nativa e exótica em cativeiro.

Seu art. 2º estabelece alguns conceitos, entre eles o de fauna silvestre:

“Art. 2º. Para fins desta Portaria entende-se por:

(...)

Fauna silvestre: Todos os espécimes, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem naturalmente fora do cativeiro (in situ) ou que nasceram em vida livre e posteriormente foram colocados em cativeiro (ex situ);”

De imediato se vê que o conceito de fauna silvestre desta norma é mais abrangente que as demais normas até aqui analisadas.

Aqui se incluiu a expressão *“ou que nasceram em vida livre e posteriormente foram colocados em cativeiro”*.

O questionamento que se abre nesse ponto é se a presente norma regulamentadora manteve-se nos limites da lei, ou dela se evadiu, na medida em que incluiu no conceito de fauna silvestre animais em cativeiro, não obstante o art. 1º da lei 5.197/67 expressamente declarar que a fauna silvestre se constitui de animais de quaisquer espécies que **vivem naturalmente fora do cativeiro**.

Por outro lado, uma vez que a lei 5.197/67 visa proteger a função ecológica da fauna silvestre, é possível, em determinadas situações que um animal que nasceu em vida livre e posteriormente foi capturado e posto em cativeiro, manter sua função ecológica.

Considerando que a portaria em comento dispõe sobre o licenciamento ambiental para empreendimentos de manejo de fauna silvestre, parece que aquele animal que nasceu em vida livre e posteriormente foi colocado em cativeiro, quando utilizado para produção de animais de estimação, perdeu sua função ecológica, e adquiriu uma nova função, qual seja, a participação na sadia qualidade de vida das pessoas.

Não parece possível admitir, à luz da finalidade constitucional ecológica da fauna silvestre, que um animal que nasceu em vida livre e que foi – por qualquer razão – posto em cativeiro, mantenha sua função ecológica que é, em última análise, a colaboração para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, quando utilizado para a produção de animais de estimação.

Por outro lado, a utilização desse animal para reprodução de outros animais com finalidade de reintroduzi-los na natureza, evidencia a manutenção de sua

função ecológica, na medida em que ele está a servir justamente para permitir a soltura de outros de sua espécie em vida livre.

É de se admitir, contudo que o conceito de fauna silvestre da Portaria/IAP n.º 299/13 está em acordo com o contido no § 3º do art. 2º da lei 5.197/67 que admite o comércio de espécimes da fauna silvestre se produzidos por estabelecimentos legalizados. A única forma de um estabelecimento legalizado manter e utilizar elemento da fauna silvestre é se o animal nasceu na vida livre mas, posteriormente, foi posto em cativeiro. É o caso, por exemplo, de apreensões de animais silvestres ilegais feitas pelo IBAMA e posterior colocação destes espécimes em criadouros legalizados.

4.2.9 Aplicação dos Conceitos Normativos

Os conceitos normativos expostos permitem a utilização indiscriminada pelos órgãos ambientais e regulamentadores do conceito de fauna silvestre estabelecido na Lei de Crimes Ambientais, em detrimento daquele revelado na Lei de Proteção à Fauna.

Entretanto, a Lei de Crimes Ambientais é um diploma normativo repressivo, e como tal, destina-se exclusivamente à punição de atos considerados ali, e só ali, como ilícitos, sejam penais ou administrativos. Não se destina de forma alguma, a disciplinar quaisquer outras relações jurídicas que não sejam de cunho repressivo.

Para todas as demais relações jurídicas, especialmente aquelas consideradas lícitas, existe a Lei de Proteção à Fauna, em plena vigência, cuja aplicação urge ser lembrada pelo Poder Público.

Assim, revela-se preocupante o fato de o IBAMA, em seus atos normativos e regulamentadores adotar um conceito legal repressivo, em detrimento do conceito legal de fauna silvestre estampado na Lei de Proteção à Fauna em pleno vigor.

Ressalta-se que o IBAMA, órgão do Poder Executivo, não tem como função típica a legislativa. Esta é deixada à exclusividade do Poder Legislativo que, diga-se, não foi omissa, emitindo duas leis disciplinadoras da matéria: uma geral (a Lei de Proteção à Fauna), aplicável, por isso mesmo, a todas as relações administrativas e civis relativas à matéria, e outra penal (a Lei de Crimes Ambientais), que define

ilícitos penais e administrativos, prevendo suas respectivas sanções, como é corriqueiro ocorrer com as leis penais.

Desse modo, parece-nos bastante temerário que o Poder Executivo – seja diretamente, seja por meio de seus órgãos especializados como o IBAMA – *sponte propria*, venha decidindo **optar** por um conceito legal em detrimento de outro, sem qualquer fundamento legal ou constitucional para tanto.

Essa opção, fez com que o IBAMA venha, por meio de listas publicadas com certa sazonalidade segundo critérios próprios, definindo quais espécies são e quais não são componentes da fauna silvestre brasileira e exótica, não obstante a Lei de Proteção à Fauna afirmar claramente que a fauna silvestre se compõe de animais “de quaisquer espécies” que vivem “*naturalmente fora do cativeiro*”, em um claro indicativo que a fauna silvestre não pode ser classificada por espécie, mas por habitat de cada indivíduo.

4.3 REVISÃO DE LITERATURA

A literatura pesquisada não enfrenta diretamente as divergências legais no conceito de fauna silvestre, especialmente para fins lícitos.

Entretanto, a primeira questão a ser levantada é se a Lei de Proteção à Fauna teria sido revogada ainda que tacitamente, diante do advento da Lei de Crimes Ambientais.

Costa Neto *et al.* (2000) apontam para a evidente vigência atual da Lei 5.197/67, eis que a revogação tácita teria se dado somente na parte que disciplinava delitos, contravenções e infrações.

Naturalmente tal se deu porque a lei nova que disciplina matéria igual, por regra do art. 1º da Lei de Introdução ao Código Civil, revoga a anterior.

Entretanto, para os autores, o mesmo não ocorreu com os demais dispositivos da Lei de Proteção à Fauna:

“Convém observar que em tudo aquilo que não for possível diagnosticar revogação tácita – o que é cristalino no estabelecimento dos tipos penais – ainda resta em vigor a Lei de Proteção à Fauna. Os conceitos, as proibições, o estabelecimento da titularidade da União, todas as matérias reguladas e não revogadas encontram tratamento na lei 5.197/67 e

alterações posteriores, razão pela qual continua sendo uma enorme fonte de subsídios para aplicação da Lei 9.605/98". (COSTA NETO ET AL, 2000)

Fiorillo (2006) destaca o art. 1º da Lei 5.197/67, alertando para o fato de que tal dispositivo restringiu o conteúdo da fauna à fauna silvestre, sem ter sido essa a vontade do constituinte.

Por outro lado, parece que o autor distingue a fauna silvestre como opositora da fauna doméstica. Veja-se:

"Aceitar que a única fauna a ser tutelada é a silvestre é distanciar-se do comando constitucional, porque, se assim fosse, os animais domésticos não seriam objeto de tutela". (FIORILLO, 2006)

A questão é enfrentada mais profundamente por Costa Neto *et al.* (2000) ao classificarem os animais em domésticos, domesticáveis e silvestres.

Assim entendem os autores:

"Fauna silvestre é o conjunto de animais de uma região que vive fora do cativeiro, sem adaptabilidade natural ao convívio humano. Não se trata de animais bravios no sentido de ferozes, mas sim, de espécies que não se adaptam, por natureza, ao cativeiro e ao convívio humano constante.

Lembra Paulo Affonso Machado que 'a fauna silvestre não quer dizer exclusivamente a fauna encontrada na selva'. O lembrete é necessário porque o conceito se estende a todos os animais nascidos fora do cativeiro, cuja espécie não seja doméstica, independentemente do habitat que gerou o espécime. Desta forma, animais normalmente encontrados fora do cativeiro, mas nascidos de criadouros artificiais também fazem parte da fauna silvestre.

Esse é o entendimento que surge da leitura da lei de Proteção à Fauna, pois em seu artigo 3º, § 2º, o diploma estabelece que é proibido o comércio de espécies da fauna silvestre, e excetua aqueles provenientes de criadouros legalizados. Ora, demonstrado fica, e de forma inequívoca, o entendimento legal de que a fauna silvestre compreende os animais oriundos de criatórios artificiais.

Assim, o termo fauna silvestre quer identificar o conjunto de animais não domesticados, que vive naturalmente fora do cativeiro, mas que esteja em qualquer habitat que lhe seja apto ao desenvolvimento da espécie". (COSTA NETO ET AL, 2000)

Destaca-se, entretanto, que tais considerações e conclusões dos autores se deram na análise da Lei de Crimes Ambientais. Assim sendo, o posicionamento pela qualificação em fauna silvestre pela espécie do animal, afigura-se inaplicável às atividades lícitas previstas, por isso mesmo, no art. 1º da Lei de Proteção à Fauna.

Em contraposição a este posicionamento, Fiorillo e Rodrigues (1999) referem-se à Lei de Crimes Ambientais, questionando a aplicação de seu conceito para atividades lícitas. Veja-se:

“Ainda que a norma citada indique os animais que vivem em criadouros como sendo espécimes da fauna silvestre, sendo a liberdade o critério para determinar se é ou não silvestre, ou seja, que não estejam em cativeiro, então torna-se tarefa difícil admitir que estes animais em criadouros artificiais sejam livres e, por conseguinte, silvestres. Melhor seria, até por extensão do que determina o art. 1º da presente lei, que sejam considerados como domésticos, justamente porque perderam, ainda que tenham tido primitivas gerações silvestres, o caráter de independência do homem para exercício de suas funções vitais, o nicho e o habitat de seus ancestrais, submetendo-se, portanto, ao regime jurídico da fauna doméstica e não silvestre como sugere a norma em tela”. (FIORILLO E RODRIGUES, 1999)

É o mesmo pensamento de Freitas e Freitas (1997) que diferencia claramente a fauna silvestre da fauna doméstica:

“(...) a lei exige que os animais vivam naturalmente fora do cativeiro. Isso faz com que haja uma distinção entre os que são domesticados e os que não são”. (FREITAS E FREITAS, 1997)

Silva (2000) também abordou o tema em sua emblemática obra Direito Ambiental Constitucional destacando a abordagem jurídica da fauna sob o ponto de vista constitucional, lembrando os três principais componentes que a Constituição da República adotou em seu dispositivo que trata da fauna:

“(...) no art. 225, § 1º, VII, quando inclui entre os meios de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado a proteção a fauna, vedando-se, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. (SILVA, 2000)

Note-se que o autor destacou que a Constituição Federal veda três tipos de condutas:

- a) Que ponham em risco a função ecológica da fauna;
- b) Que provoquem a extinção de espécies;
- c) Que submetam os animais a crueldade.

Tais vedações constitucionais é que devem ser objeto de leis repressoras. A *contrario sensu*, portanto, práticas que não são vedadas, são permitidas, quiçá

estimuladas a fim de fazer valer o direito constitucional a um ambiente ecologicamente equilibrado.

O mesmo autor segue adiante, perpassando pela ideia de fauna silvestre:

“(...) a fauna doméstica não se inclui na fauna silvestre, igualmente não se incluem nela os animais de cativeiro, criatórios e de zoológicos particulares, devidamente legalizados”. (SILVA, 2000)

A literatura estudada aponta para a necessidade de se estabelecer uma distinção entre o conceito de fauna silvestre aplicado para fins penais, cujos limites estão presentes nas vedações constitucionais e aquele aplicado para atividades e comportamentos lícitos.

Embora a literatura não enfrente diretamente os dois importantes significados, percebe-se claramente que há a necessidade de se distinguir os conceitos conforme a aplicação do dispositivo legal ao caso concreto.

4.4 DISCUSSÕES

4.4.1 Consequências da Ausência de um Conceito Jurídico de Fauna Silvestre

Inúmeros são os prejuízos não só a criadouros legalizados, como a cidadãos colecionadores ou que simplesmente têm em sua guarda animais de estimação.

As apreensões de animais pelo IBAMA têm levado em conta única e exclusivamente as listas das espécies por ele próprio emitidas, para avaliar *in loco* se houve ou não a prática de ilícito.

Entretanto, conforme a Lei de Proteção à Fauna, em se tratando de fauna silvestre, “*quaisquer espécies*” estão sob seu conceito, exigindo-se, contudo, que os animais vivam naturalmente no ambiente. Deste conceito, à toda evidência, excluem-se os animais de estimação – que vivem sob a dependência do humano, **independentemente de sua espécie** – e, via de consequência, os criadouros destes animais.

4.4.1.1 As Apreensões de animais classificados pela espécie, no momento da fiscalização

O equívoco perpetrado principalmente pelo IBAMA vem fazendo com que proprietários de animais de estimação incorram em infrações penais e pesadas multas, além da apreensão do animal e outras sanções que, por ser de estimação, não exerce nenhuma função ecológica, mas uma relevante função para a sadia qualidade de vida de seu proprietário, como se pode verificar pela jurisprudência coletada, presente no Anexo V. Este sim, a sadia qualidade de vida, é um valor ambiental determinado pela Constituição da República que não vem sendo respeitado pelos agentes públicos fiscalizadores quando da apreensão de animais de estimação, como certas espécies de papagaios.

É dizer, o IBAMA vem emitindo atualizações de listas de espécies, classificando-as como silvestres ou não, e assim permitindo ou não a comercialização de espécies por ele próprio consideradas silvestres, **inclusive como animais de estimação**, conforme admite sua Resolução nº 394/2007. Veja-se:

“Art. 3º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no prazo de seis meses, a partir da data de publicação desta Resolução, deverá publicar a lista das espécies que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação, observado o disposto no art. 5º desta Resolução.

(...)

§ 2º A lista de espécies de que trata esta Resolução deverá ser revista periodicamente, no prazo máximo de dois anos”. (BRASIL, 2007)

A mesma Resolução nº 394/07 do IBAMA vem utilizando o conceito de fauna silvestre estabelecido no § 3º do art. 29 da lei 9605/98, em detrimento daquele estabelecido na Lei de Proteção à Fauna.

“Art. 2º Para fins desta Resolução entende-se por:

(...)

II - fauna silvestre: todos os espécimes pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras;” (BRASIL, 2007)

Parece-nos no mínimo temerário que o órgão federal regulador e fiscalizador do meio ambiente estabeleça **regras para atividades lícitas com fulcro em um**

conceito legal destinado a atividades ilícitas, quando há, no ordenamento jurídico, um conceito destinado a fins lícitos.

No momento de aplicação da norma, mormente pelo agente público em sua atividade fiscalizatória, é imprescindível que este tenha em mente um conceito de fauna silvestre bastante claro, conforme a atividade detectada, sob pena de penalizar quem não cometeu qualquer ilícito e, por outro lado, de não penalizar quem, de fato, o cometeu.

a) Erros na tipificação de delito ou infração ambiental

Diante das circunstâncias expostas, verifica-se que, se não a totalidade, a grande maioria das apreensões de animais de estimação está ocorrendo sem fundamento legal, posto que os agentes não estão verificando a qualidade do animal, mas sim, única e exclusivamente a sua espécie.

Para determinar-se se uma ação é lícita ou não, o agente precisa se apropriar dos conceitos de fauna silvestre não só da Lei de Crimes Ambientais, mas especialmente da Lei de Proteção à Fauna, que, justamente, aplica-se à atividades lícitas, e principalmente da Constituição Federal, sob pena de se considerar qualquer posse de animal presente em suas listas como silvestres, e, portanto, ilícita.

b) Exemplos de jurisprudência encontrada sobre o tema

Diversos são os casos que batem às portas do Judiciário em razão de apreensões equivocadas de animais, levadas a efeito pela confusão conceitual de fauna silvestre. Veja-se, como exemplo, a coletânea de jurisprudência trazida no Anexo V.

Esses exemplos acostados revelam uma quantidade significativa de punições perpetradas pelo IBAMA a pessoas que possuem um ou dois animais, claramente de estimação, sem qualquer função ecológica e que, à luz da Lei de

Proteção à Fauna, jamais poderiam ser classificados como espécimes da fauna silvestre.

Tais exemplos indicam bem a confusão conceitual asseverada inclusive pelo Judiciário, no que diz respeito à fauna silvestre, possivelmente em decorrência dos normativos infra-legais emitidos pelo Poder Executivo Federal que emite atos a fim de classificar como silvestre determinadas espécies independentemente do meio e da forma com que os espécimes encontrados e/ou apreendidos vivem.

O próprio Judiciário não vem percebendo que a Lei de Proteção à Fauna exige que o animal, para ser considerado silvestre, tenha que, necessariamente, viver livremente no ambiente natural, sem qualquer assistência humana.

Não se está com isso defendendo a ideia de que todo animal que estiver em cativeiro é animal doméstico ou de estimação. O que se pretende destacar é justamente o inverso, ou seja, que nos termos da Lei de Proteção à Fauna, nem todo animal cuja espécie está presente nas listas do IBAMA é silvestre.

5 CONCLUSÕES

A inexistência de um conceito jurídico de fauna silvestre que coadune os princípios constitucionais da fauna aos conceitos legais positivados vem levando os órgãos ambientais, em especial o IBAMA, a incluir como objeto de infrações, quer administrativas, quer criminais, animais que não exercem qualquer função ecológica e que, portanto, não estão sob a tutela penal e/ou infracional.

A função ecológica é requisito indispensável para incluir o animal vistoriado na fauna silvestre tutelada pelo Direito.

Assim, o agente, ao se deparar com criadouros ou simplesmente com a guarda de animais na casa das pessoas, não pode se restringir a identificar a espécie do animal e emitir o auto de infração.

Deve-se ter sempre em mente o conceito jurídico de fauna silvestre, que passa necessariamente pela verificação da existência ou não da função ecológica do animal vistoriado.

Naturalmente, aqueles animais silvestres nativos recentemente capturados pelo suposto autor da infração/crime estão juridicamente tutelados como silvestres e merecem toda a proteção que a Constituição e a lei lhe deram, uma vez que a eliminação provisória da liberdade do animal não lhe retirou a função ecológica, visto que é capaz de viver livremente fora do cativeiro.

Ao exercer a função fiscalizatória o agente público deve se perguntar: o animal capturado pelo suposto autor da infração (penal ou administrativa) é capaz, neste momento, de viver livremente sem a dependência do humano?

A resposta a essa pergunta é que identificará se o animal é silvestre ou não.

É verdade é que o tempo transformará os animais originalmente silvestres em domésticos, e muito mais domésticas serão suas crias. Assim, é fundamental que o agente público não se restrinja a identificar a espécie do animal encontrado, mas também verificar a função que o animal atualmente exerce: se ecológica ou recreativa, lembrando que ambas as funções servem à sadia qualidade de vida das pessoas.

Tendo como norte esta premissa, o agente público não só estará agindo de acordo com o ordenamento jurídico pátrio, como estará dando segurança jurídica às pessoas que criam e comercializam animais, contribuindo para a manutenção e

procriação da fauna, especialmente a brasileira, e àquelas que têm nos animais o seu conforto e equilíbrio emocional diante dos laços afetivos com eles estabelecidos.

De outra banda, a normatização infra-legal deve urgentemente se adequar aos ditames constitucionais e legais, estimulando criadouros de animais de estimação, independente de suas espécies, uma vez que tais animais não visam cumprir função ecológica alguma.

Os criadouros legalizados de animais de estimação, hoje, são alvo de um Estado Policial, posto que os órgãos ambientais, em seu poder regulamentador, criam cada vez mais obstáculos à atividade, ao invés de serem fomentadores dela, o que implica em uma posição em total desacordo com o ordenamento jurídico.

5.1 PROPOSTA DE CONCEITO JURÍDICO DE FAUNA SILVESTRE

O conceito jurídico difere do conceito legal, uma vez que, como visto no item 1 deste trabalho, o jurídico é mais abrangente que o legal.

Assim, a proposta inicial da pesquisa era encontrar uma solução única que pudesse imprimir segurança jurídica tanto para os agentes públicos em sua atividade fiscalizatória, quanto para cidadãos e empreendedores do ramo da fauna.

Contudo, a pesquisa demonstrou que há apenas dois diplomas legais que conceituam fauna silvestre, sendo certo que os demais documentos normativos avaliados são infra-legais e, por essa razão, repousam (ou devem repousar) seu fundamento na lei em sentido estrito.

Considerando que um dos conceitos legais é determinado em uma lei de caráter penal, a ela deve ser restrito, como é a característica própria do Direito Penal.

Na lição de Toledo (2001), o Direito Penal é a “parte do ordenamento jurídico que define o fato-crime, dispõe sobre quem deva por ele responder e, por fim, fixa as penas e medidas de segurança a serem aplicadas”.

O autor assertivamente aponta que “a atuação dos órgãos estatais, na prevenção e repressão do crime, encontra apoio primário na tipificação legal dos delitos, fora do que, no Estado de Direito, tal intromissão, na esfera da liberdade e dos direitos individuais, encontraria muitas limitações”.

Desse modo, fácil concluir-se que os conceitos penais não servem para disciplinar atividades lícitas.

Assim, o conceito legal de fauna silvestre presente no § 3º do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais, ao que tudo indica, inclusive por sua localização (dentro de um artigo de um tipo penal), serve tão somente para determinar os limites interpretativos do tipo penal que revela. E, por isso mesmo, não vale para limitar as atividades lícitas, posto que, dessa forma, o Estado estaria entrando na esfera de liberdade de direitos indivíduos sem fundamento legal.

Os princípios de Direito Penal, portanto, afastam a possibilidade de se propor um conceito jurídico único de fauna silvestre, porquanto a finalidade e as limitações próprias deste ramo do Direito, por si só, afastam a possibilidade de aplicação em relações jurídicas lícitas.

Afastado o conceito legal de fauna silvestre advindo do § 3º do art. 29 da Lei 9.605/98, emerge com vigor o conceito insculpido pelo art. 1º da Lei 5.197/67.

Ali, a fauna silvestre vem claramente definida como “animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro”.

Esta proposição considera como silvestre animais independentemente da espécie, posto que, expressamente afirma serem de *quaisquer espécies*.

Do mesmo modo, exige que tais animais vivam naturalmente fora do cativeiro.

Não se pode olvidar, entretanto, o contido no art. 225 § 1º VII da Constituição da República, que assim se pronuncia:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal proibiu práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Nesta esteira, o conceito jurídico de fauna silvestre deve ter por norte os ditames da Constituição da República, coadunando-se com o conceito legal vigente.

Dessa forma, a proteção da fauna não abrange animais que não têm função ecológica, como é o caso dos animais de estimação ou daqueles criados e reproduzidos para finalidades outras como econômica, recreativa, cultural e científica.

Isso não quer dizer que animais sem função ecológica estão desprotegidos de tutela jurídica, porque a Constituição afastou-os de tratamentos cruéis e da extinção. Quer dizer apenas que sobre eles não reside proteção penal ou infracional, salvo as relativas a tratamentos cruéis e que ponham em risco a extinção das espécies.

O conceito jurídico de fauna silvestre deve perpassar, necessariamente, pelos princípios constitucionais esposados.

Assim, ao conceito legal de fauna silvestre deve-se acrescentar a necessidade de o animal exercer função ecológica e salvo da possibilidade de extinção. A sua submissão à crueldade fica afastada, na medida em que a fauna silvestre é a que vive livremente no ambiente natural, sem a dependência da interferência humana para sua sobrevivência, de modo que, afastado do homem, estaria ela livre também de eventual tratamento cruel, salvo se por espécie diversa da humana.

O conceito jurídico de fauna silvestre para disciplinar as atividades lícitas fica assim proposto:

Fauna silvestre é o conjunto dos animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivem livremente no ambiente natural, independentes da interferência humana, participando da manutenção e equilíbrio do ecossistema.

6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Neste trabalho abordamos apenas o conceito jurídico de fauna silvestre. Entretanto, o ordenamento jurídico é rico em aparentes controvérsias nos demais conceitos de fauna, como fauna doméstica e domesticada.

Uma vez que muitos autores identificam a fauna doméstica em contraposição à fauna silvestre, recomenda-se a continuação dos estudos, focando nos conceitos normativos da fauna doméstica, a fim de complementar, quiçá, o conceito jurídico de fauna silvestre com os conhecimentos a respeito de fauna doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

BRASIL, Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL, PORTARIA IBAMA Nº 118 DE 15 DE OUTUBRO DE 1997 - Dispõe sobre o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais.

BRASIL, PORTARIA IBAMA Nº 93, DE 07 DE JULHO 1998 - Dispõe sobre a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica.

BRASIL. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a Proteção à Fauna e dá outras providências.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro et al. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais. Comentários à Lei 9.605/98 de acordo com o Decreto 3.179/99.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000, p. 154-159.

FIORILLO, CELSO ANTONIO PACHECO e RODRIGUES, MARCELO ABELHA. **Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável.** 2ª ed. São Paulo: Max Limonard, 1999, p. 317.

FIORILLO, CELSO ANTONIO PACHECO. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 7ª Edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Saraiva, São Paulo, 2006.

FREITAS, VLADIMIR PASSOS DE e FREITAS, GILBERTO PASSOS DE. **Crimes Contra a Natureza.** 5ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p. 90.

GOMES, IURI DE CASTRO. **Conceitos lógico-jurídicos e jurídico-positivos: do positivismo ao pós-positivismo.** Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,conceitos-logico-juridicos-e-juridico-positivos-do-positivismo-ao-pos-positivismo,41752.html>, 2013. Acesso em 03/02/2014.

GUSMÃO, PAULO DOURADO DE. **Introdução à Ciência do Direito.** Edição Refundida. 2ª Edição, Rio de Janeiro. Editora Forense, 1960, p. 79.

MARINS, Aline Teixeira et al. **“Lugar de Bicho é no Mato”–Educação Ambiental: A Busca pela Proteção da Fauna Silvestre.**

MICHAELIS. **Dicionário de Português On line**. Editora Melhoramentos Ltda., 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=jur%EDdico>. Acesso em 03/02/2014.

MICHAELIS. **Dicionário de Português On line**. Editora Melhoramentos Ltda., 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=legal>. Acesso em 03/02/2014.

MORAES, RODRIGO JORGE; AZEVEDO, MARIANGELA GARCIA DE LACERDA; DELMANTO, FÁBIO MACHADO DE ALMEIDA (coordenadores). **As Leis Federais mais Importantes de Proteção ao Meio Ambiente Comentadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 304.

PARANÁ, INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, PORTARIA IAP Nº 299 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. Dispõe sobre licenciamento ambiental, estabelece condições e procedimentos e dá outras providências, para empreendimentos de que fazem uso e manejo de fauna silvestre nativa e exótica em cativeiro.

PINTO FERREIRA, LUIZ. **Curso de Direito Constitucional**. 2ª Edição ampliada e atualizada. Companhia Editora de Pernambuco, 1970, p. 23-4.

SILVA, JOSÉ AFONSO DA. **Direito Ambiental Constitucional**. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2000, p. 175.

STIFELMAN, Anelise Grehs. **Alguns aspectos sobre a fauna silvestre na lei dos crimes ambientais**. 2007.

TOLEDO, FRANCISCO DE ASSIS. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5ª Ed. 9ª tiragem (2001) Editora Saraiva, São Paulo, 1994.

ANEXO I

Decreto n.º 6.514/08: parcial.

DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nas Leis nºs 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 8.005, de 22 de março de 1990, 9.873, de 23 de novembro de 1999, e 6.938, de 31 de agosto de 1981,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Este Capítulo dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

Art. 2º Considera-se infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, conforme o disposto na Seção III deste Capítulo.

Parágrafo único. O elenco constante da Seção III deste Capítulo não exclui a previsão de outras infrações previstas na legislação.

Art. 3º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades; e

X - restritiva de direitos.

§ 1º Os valores estabelecidos na Seção III deste Capítulo, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções previstas neste Decreto.

§ 2º A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando:

I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e

III - situação econômica do infrator.

§ 1º Para a aplicação do disposto no inciso I, o órgão ou entidade ambiental estabelecerá de forma objetiva critérios complementares para o agravamento e atenuação das sanções administrativas.

§ 2º As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Subseção I

Da Advertência

Art. 5º A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 3º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo estabelecido no Capítulo II.

§ 4º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 6º A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 7º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Subseção II

Das Multas

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 9º O valor da multa de que trata este Decreto será corrigido, periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 10. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 1º Constatada a situação prevista no caput, o agente autuante lavrará auto de infração, indicando, além dos requisitos constantes do art. 97, o valor da multa-dia.

§ 2º O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido no art. 9º nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º Lavrado o auto de infração, será aberto prazo de defesa nos termos estabelecidos no Capítulo II deste Decreto.

§ 4º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 5º Caso o agente autuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 7º O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 8º A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 11. O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente confirmado no julgamento de que trata o art. 124, implica:

I - aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração; ou

II - aplicação da multa em dobro, no caso de cometimento de infração distinta.

§ 1º O agravamento será apurado no procedimento da nova infração, do qual se fará constar, por cópia, o auto de infração anterior e o julgamento que o confirmou.

§ 2º Antes do julgamento da nova infração, a autoridade ambiental deverá verificar a existência de auto de infração anterior confirmado em julgamento, para fins de aplicação do agravamento da nova penalidade.

§ 3º Após o julgamento da nova infração, não será efetuado o agravamento da penalidade.

§ 4º Constatada a existência de auto de infração anteriormente confirmado em julgamento, a autoridade ambiental deverá:

I - agravar a pena conforme disposto no caput;

II - notificar o autuado para que se manifeste sobre o agravamento da penalidade no prazo de dez dias; e

III - julgar a nova infração considerando o agravamento da penalidade.

§ 5º O disposto no § 3º não se aplica para fins de majoração do valor da multa, conforme previsão contida nos arts. 123 e 129.

Art. 12. O pagamento de multa por infração ambiental imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a aplicação de penalidade pecuniária pelo órgão federal, em decorrência do mesmo fato, respeitados os limites estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. Somente o efetivo pagamento da multa será considerado para efeito da substituição de que trata o **caput**, não sendo admitida para esta finalidade a celebração de termo de compromisso de ajustamento de conduta ou outra forma de compromisso de regularização da infração ou composição de dano, salvo se deste também participar o órgão ambiental federal.

Art. 13. Reverterão ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA vinte por cento dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pela União, podendo o referido percentual ser alterado, a critério dos órgãos arrecadadores.

Subseção III

Das Demais Sanções Administrativas

Art. 14. A sanção de apreensão de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos e embarcações de qualquer natureza utilizados na infração reger-se-á pelo disposto nas Seções II, IV e VI do Capítulo II deste Decreto.

Art. 15. As sanções indicadas nos incisos V a IX do art. 3º serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.

Art. 15-A. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade.

Art. 16. No caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, o agente autuante embargará quaisquer obras ou atividades nelas localizadas ou desenvolvidas, excetuando as atividades de subsistência.

§ 1º O agente autuante deverá colher todas as provas possíveis de autoria e materialidade, bem como da extensão do dano, apoiando-se em documentos, fotos e dados de localização, incluindo as coordenadas geográficas da área embargada, que deverão constar do respectivo auto de infração para posterior georreferenciamento.

§ 2º Não se aplicará a penalidade de embargo de obra ou atividade, ou de área, nos casos em que a infração de que trata o **caput** se der fora da área de preservação permanente ou reserva legal, salvo quando se tratar de desmatamento não autorizado de mata nativa.

Art. 17. O embargo de área irregularmente explorada e objeto do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS não exonera seu detentor da execução de atividades de manutenção ou recuperação da floresta, na forma e prazos fixados no PMFS e no termo de responsabilidade de manutenção da floresta.

Art. 18. O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto no art. 79, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local objeto do embargo infringido; e

II - cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

§ 1º O órgão ou entidade ambiental promoverá a divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular em lista oficial, resguardados os dados protegidos por legislação específica para efeitos do disposto no inciso III do art. 4º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, especificando o exato local da área embargada e informando que o auto de infração encontra-se julgado ou pendente de julgamento.

§ 2º A pedido do interessado, o órgão ambiental autuante emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.

Art. 19. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental, após o contraditório e ampla defesa, quando:

I - verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental; ou

II - quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§ 1º A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do auto de infração, sem prejuízo do disposto no art. 112.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração.

§ 3º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

Art. 20. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e

V - proibição de contratar com a administração pública;

§ 1º A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I - até três anos para a sanção prevista no inciso V;

II - até um ano para as demais sanções.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Seção II

Dos Prazos Prescricionais

Art. 21. Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§ 1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

§ 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

§ 3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

§ 4º A prescrição da pretensão punitiva da administração não elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

Art. 22. Interrompe-se a prescrição:

I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

Art. 23. O disposto neste Capítulo não se aplica aos procedimentos relativos a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental de que trata o art. 17-B da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Seção III

Das Infrações Administrativas Cometidas Contra o Meio Ambiente

Subseção I

Das Infrações Contra a Fauna

Art. 24. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

§ 1º As multas serão aplicadas em dobro se a infração for praticada com finalidade de obter vantagem pecuniária.

§ 2º Na impossibilidade de aplicação do critério de unidade por espécime para a fixação da multa, aplicar-se-á o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou fração.

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

§ 4º No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, em analogia ao disposto no § 2º do art. 29 da Lei nº 9.605, de 1998.

§ 5º No caso de guarda de espécime silvestre, deve a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas neste Decreto, quando o agente espontaneamente entregar os animais ao órgão ambiental competente.

§ 6º Caso a quantidade ou espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pela autoridade ambiental competente, o agente autuante promoverá a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

§ 7º São espécimes da fauna silvestre, para os efeitos deste Decreto, todos os organismos incluídos no reino animal, pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras não exóticas, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo original de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.

§ 8º A coleta de material destinado a fins científicos somente é considerada infração, nos termos deste artigo, quando se caracterizar, pelo seu resultado, como danosa ao meio ambiente.

§ 9º A autoridade julgadora poderá, considerando a natureza dos animais, em razão de seu pequeno porte, aplicar multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) quando a contagem individual for de difícil execução ou quando, nesta situação, ocorrendo a contagem individual, a multa final restar desproporcional em relação à gravidade da infração e a capacidade econômica do infrator.

Art. 25. Introduzir espécime animal silvestre, nativo ou exótico, no País ou fora de sua área de distribuição natural, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível:

Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais de espécies em risco ou ameaçadas de extinção;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da CITES.

§ 1º Entende-se por introdução de espécime animal no País, além do ato de ingresso nas fronteiras nacionais, a guarda e manutenção continuada a qualquer tempo.

§ 2º Incorre nas mesmas penas quem reintroduz na natureza espécime da fauna silvestre sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível.

Art. 26. Exportar peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem autorização da autoridade competente:

Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), por unidade não constante em listas oficiais de espécies em risco ou ameaçadas de extinção; ou

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da CITES.

Parágrafo único. Caso a quantidade ou espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pela autoridade ambiental competente, o agente autuante promoverá a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

Art. 27. Praticar caça profissional no País:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com acréscimo de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais), por indivíduo capturado; ou

II - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da CITES.

Art. 28. Comercializar produtos, instrumentos e objetos que impliquem a caça, perseguição, destruição ou apanha de espécimes da fauna silvestre:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), com acréscimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), por unidade excedente.

Art. 29. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

Art. 30. Molestar de forma intencional qualquer espécie de cetáceo, pinípede ou sirênio em águas jurisdicionais brasileiras:

Multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 31. Deixar, o jardim zoológico e os criadouros autorizados, de ter o livro de registro do acervo faunístico ou mantê-lo de forma irregular:

Multa de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00 (mil reais).

Parágrafo único. Incorre na mesma multa quem deixa de manter registro de acervo faunístico e movimentação de plantel em sistemas informatizados de controle de fauna ou fornece dados inconsistentes ou fraudados.

Art. 32. Deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres:

Multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 33. Explorar ou fazer uso comercial de imagem de animal silvestre mantido irregularmente em cativeiro ou em situação de abuso ou maus-tratos:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao uso de imagem para fins jornalísticos, informativos, acadêmicos, de pesquisas científicas e educacionais.

Art. 34. Causar degradação em viveiros, açudes ou estação de aquicultura de domínio público:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 35. Pescar em período ou local no qual a pesca seja proibida:

Multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais), por quilo ou fração do produto da pescaria, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para uso ornamental.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

I - pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II - pesca quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibida;

IV - transporta, conserva, beneficia, descaracteriza, industrializa ou comercializa pescados ou produtos originados da pesca, sem comprovante de origem ou autorização do órgão competente;

V - captura, extrai, coleta, transporta, comercializa ou exporta espécimes de espécies ornamentais oriundos da pesca, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida; e

VI - deixa de apresentar declaração de estoque.

Art. 36. Pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente:

Multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais), por quilo ou fração do produto da pescaria.

Art. 37. Exercer a pesca sem prévio cadastro, inscrição, autorização, licença, permissão ou registro do órgão competente, ou em desacordo com o obtido:

Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou fração do produto da pesca, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para ornamentação.

Parágrafo único. Caso a quantidade ou espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pela autoridade ambiental competente, o agente autuante promoverá a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

Art. 38. Importar ou exportar quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de desenvolvimento, bem como introduzir espécies nativas, exóticas ou não autóctones em águas jurisdicionais brasileiras, sem autorização ou licença do órgão competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou fração do produto da pescaria, ou por espécime quando se tratar de espécies aquáticas, oriundas de produto de pesca para ornamentação.

§ 1º Incorre na mesma multa quem introduzir espécies nativas ou exóticas em águas jurisdicionais brasileiras, sem autorização do órgão competente, ou em desacordo com a obtida.

§ 2º A multa de que trata o caput será aplicada em dobro se houver dano ou destruição de recife de coral.

Art. 39. Explorar campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, bem como recifes de coral sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou espécime do produto.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

I - utiliza, comercializa ou armazena invertebrados aquáticos, algas, ou recifes de coral ou subprodutos destes sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida; e

II - fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Art. 40. A comercialização do produto da pesca de que trata esta Subseção agravará a penalidade da respectiva infração quando esta incidir sobre espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexploração, conforme regulamento do órgão ambiental competente, com o acréscimo de:

I - R\$ 40,00 (quarenta reais) por quilo ou fração do produto da pesca de espécie constante das listas oficiais brasileiras de espécies ameaçadas de sobreexploração; ou

II - R\$ 60,00 (sessenta reais) por quilo ou fração do produto da pesca de espécie constante das listas oficiais brasileiras de espécies sobreexplotadas.

Art. 41. Deixar, os comandantes de embarcações destinadas à pesca, de preencher e entregar, ao fim de cada viagem ou semanalmente, os mapas fornecidos pelo órgão competente:

Multa: R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 42. Para os efeitos deste Decreto, considera-se pesca todo ato tendente a extrair, retirar, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos aquáticos e vegetais hidróbios suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Parágrafo único. Entende-se por ato tendente à pesca aquele em que o infrator esteja munido, equipado ou armado com petrechos de pesca, na área de pesca ou dirigindo-se a ela.

(...)

Subseção V

Das Infrações Administrativas Contra a Administração Ambiental

Art. 76. Deixar de inscrever-se no Cadastro Técnico Federal de que trata o art.17 da Lei 6.938, de 1981:

Multa de:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), se microempresa;

III - R\$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte;

IV - R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte; e

V - R\$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte.

Art. 77. Obstar ou dificultar a ação do Poder Público no exercício de atividades de fiscalização ambiental:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 78. Obstar ou dificultar a ação do órgão ambiental, ou de terceiro por ele encarregado, na coleta de dados para a execução de georreferenciamento de imóveis rurais para fins de fiscalização:

Multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) por hectare do imóvel.

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 80. Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 81. Deixar de apresentar relatórios ou informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação ou, quando aplicável, naquele determinado pela autoridade ambiental:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 82. Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 83. Deixar de cumprir compensação ambiental determinada por lei, na forma e no prazo exigidos pela autoridade ambiental:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Subseção VI

Das Infrações Cometidas Exclusivamente em Unidades de Conservação

Art. 84. Introduzir em unidade de conservação espécies alóctones:

Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as áreas de proteção ambiental, as florestas nacionais, as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável, bem como os

animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no plano de manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em refúgios de vida silvestre, monumentos naturais e reservas particulares do patrimônio natural podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.

Art. 85. Violar as limitações administrativas provisórias impostas às atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental nas áreas delimitadas para realização de estudos com vistas à criação de unidade de conservação:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem explora a corte raso a floresta ou outras formas de vegetação nativa nas áreas definidas no caput.

Art. 86. Realizar pesquisa científica, envolvendo ou não coleta de material biológico, em unidade de conservação sem a devida autorização, quando esta for exigível:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º A multa será aplicada em dobro caso as atividades de pesquisa coloquem em risco demográfico as espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo as áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural, quando as atividades de pesquisa científica não envolverem a coleta de material biológico.

Art. 87. Explorar comercialmente produtos ou subprodutos não madeireiros, ou ainda serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais em unidade de conservação sem autorização ou permissão do órgão gestor da unidade ou em desacordo com a obtida, quando esta for exigível:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural.

Art. 88. Explorar ou fazer uso comercial de imagem de unidade de conservação sem autorização do órgão gestor da unidade ou em desacordo com a recebida:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural.

Art. 89. Realizar liberação planejada ou cultivo de organismos geneticamente modificados em áreas de proteção ambiental, ou zonas de amortecimento das demais categorias de unidades de conservação, em desacordo com o estabelecido em seus respectivos planos de manejo, regulamentos ou recomendações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º A multa será aumentada ao triplo se o ato ocorrer no interior de unidade de conservação de proteção integral.

§ 2º A multa será aumentada ao quádruplo se o organismo geneticamente modificado, liberado ou cultivado irregularmente em unidade de conservação, possuir na área ancestral direto ou parente silvestre ou se representar risco à biodiversidade.

§ 3º O Poder Executivo estabelecerá os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo plano de manejo.

Art. 90. Realizar quaisquer atividades ou adotar conduta em desacordo com os objetivos da unidade de conservação, o seu plano de manejo e regulamentos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 91. Causar dano à unidade de conservação:

Multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 92. Penetrar em unidade de conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça, pesca ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais e minerais, sem licença da autoridade competente, quando esta for exigível:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem penetrar em unidade de conservação cuja visitação pública ou permanência sejam vedadas pelas normas aplicáveis ou ocorram em desacordo com a licença da autoridade competente.

Art. 93. As infrações previstas neste Decreto, exceto as dispostas nesta Subseção, quando forem cometidas ou afetarem unidade de conservação ou sua zona de amortecimento, terão os valores de suas respectivas multas aplicadas em dobro, ressalvados os casos em que a determinação de aumento do valor da multa seja superior a este.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 94. Este Capítulo regula o processo administrativo federal para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Parágrafo único. O objetivo deste Capítulo é dar unidade às normas legais esparsas que versam sobre procedimentos administrativos em matéria ambiental, bem como, nos termos do que dispõe o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, disciplinar as regras de funcionamento pelas quais a administração pública federal, de caráter ambiental, deverá pautar-se na condução do processo.

Art. 95. O processo será orientado pelos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, bem como pelos critérios mencionados no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Seção II

Da Autuação

Art. 96. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dado ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O autuado será intimado da lavratura do auto de infração pelas seguintes formas:

I - pessoalmente;

II - por seu representante legal;

III - por carta registrada com aviso de recebimento;

IV - por edital, se estiver o infrator autuado em lugar incerto, não sabido ou se não for localizado no endereço.

§ 2º Caso o autuado se recuse a dar ciência do auto de infração, o agente autuante certificará o ocorrido na presença de duas testemunhas e o entregará ao autuado.

§ 3º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante aplicará o disposto no § 1º, encaminhando o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

Art. 97. O auto de infração deverá ser lavrado em impresso próprio, com a identificação do autuado, a descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas e a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade.

Art. 98. O auto de infração será encaminhado à unidade administrativa responsável pela apuração da infração, oportunidade em que se fará a autuação processual no prazo máximo de cinco dias úteis, contados de seu recebimento, ressalvados os casos de força maior devidamente justificados.

Art. 99. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador, após o pronunciamento do órgão da Procuradoria-Geral Federal que atua junto à respectiva unidade administrativa da entidade responsável pela autuação.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 100. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento do órgão da Procuradoria-Geral Federal que atua junto à respectiva unidade administrativa da entidade responsável pela autuação.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

- I - apreensão;
- II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- III - suspensão de venda ou fabricação de produto;
- IV - suspensão parcial ou total de atividades;
- V - destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e
- VI - demolição.

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2º.

§ 4º O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 102. Os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, veículos de qualquer natureza referidos no inciso IV do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, serão objeto da apreensão de que trata o inciso I do art. 101, salvo impossibilidade justificada.

Art. 103. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

- I - forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou
- II - forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado, desde que, em todos os casos, tenha havido prévio embargo.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§ 2º Não será adotado o procedimento previsto no § 1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

§ 3º O disposto no **caput** não será aplicado quando a atividade tenha sido caracterizada como de baixo impacto e previamente autorizada, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

Art. 104. A autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado ou para promover a recomposição do dano ambiental.

Art. 105. Os bens apreendidos deverão ficar sob a guarda do órgão ou entidade responsável pela fiscalização, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo.

Parágrafo único. Nos casos de anulação, cancelamento ou revogação da apreensão, o órgão ou a entidade ambiental responsável pela apreensão restituirá o bem no estado em que se encontra ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão.

Art. 106. A critério da administração, o depósito de que trata o art. 105 poderá ser confiado:

I - a órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar; ou

II - ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 1º Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem ser a doação.

§ 2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§ 3º A entidade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

Art. 107. Após a apreensão, a autoridade competente, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I - os animais da fauna silvestre serão libertados em seu hábitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter científico, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados, podendo ainda, respeitados os regulamentos vigentes, serem entregues em guarda doméstica provisória.

II - os animais domésticos ou exóticos mencionados no art. 103 poderão ser vendidos;

III - os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados.

§ 1º Os animais de que trata o inciso II, após avaliados, poderão ser doados, mediante decisão motivada da autoridade ambiental, sempre que sua guarda ou venda forem inviáveis econômica ou operacionalmente.

§ 2º A doação a que se refere o § 1º será feita às instituições mencionadas no art. 135.

§ 3º O órgão ou entidade ambiental deverá estabelecer mecanismos que assegurem a indenização ao proprietário dos animais vendidos ou doados, pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, caso esta não seja confirmada na decisão do processo administrativo.

§ 4º Serão consideradas sob risco iminente de perecimento as madeiras que estejam acondicionadas a céu aberto ou que não puderem ser guardadas ou depositadas em locais próprios, sob vigilância, ou ainda quando inviável o transporte e guarda, atestados pelo agente autuante no documento de apreensão.

§ 5º A liberação dos animais da fauna silvestre em seu hábitat natural deverá observar os critérios técnicos previamente estabelecidos pelo órgão ou entidade ambiental competente.

Art. 108. O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas tem por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à

recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde verificou-se a prática do ilícito.

§ 1º No caso de descumprimento ou violação do embargo, a autoridade competente, além de adotar as medidas previstas nos arts. 18 e 79, deverá comunicar ao Ministério Público, no prazo máximo de setenta e duas horas, para que seja apurado o cometimento de infração penal.

§ 2º Nos casos em que o responsável pela infração administrativa ou o detentor do imóvel onde foi praticada a infração for indeterminado, desconhecido ou de domicílio indefinido, será realizada notificação da lavratura do termo de embargo mediante a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Art. 109. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 110. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 111. Os produtos, inclusive madeiras, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos ou inutilizados quando:

I - a medida for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis em face das circunstâncias; ou

II - possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização.

Parágrafo único. O termo de destruição ou inutilização deverá ser instruído com elementos que identifiquem as condições anteriores e posteriores à ação, bem como a avaliação dos bens destruídos.

Art. 112. A demolição de obra, edificação ou construção não habitada e utilizada diretamente para a infração ambiental dar-se-á excepcionalmente no ato da fiscalização nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou de graves riscos à saúde.

§ 1º A demolição poderá ser feita pelo agente autuante, por quem este autorizar ou pelo próprio infrator e deverá ser devidamente descrita e documentada, inclusive com fotografias.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator.

§ 3º A demolição de que trata o caput não será realizada em edificações residenciais.

Seção III

Da Defesa

Art. 113. O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer defesa contra o auto de infração.

§ 1º O órgão ambiental responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 2º O órgão ambiental responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do caput e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 114. A defesa poderá ser protocolizada em qualquer unidade administrativa do órgão ambiental que promoveu a autuação, que o encaminhará imediatamente à unidade responsável.

Art. 115. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas.

Parágrafo único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 116. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até dez dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput.

Art. 117. A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

(...)

Seção VI

Do Procedimento Relativo à Destinação dos Bens e Animais Apreendidos

Art. 134. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 107, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

I - os produtos perecíveis serão doados;

II - as madeiras poderão ser doadas a órgãos ou entidades públicas, vendidas ou utilizadas pela administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente;

III - os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

V - os demais petrechos, equipamentos, veículos e embarcações descritos no inciso IV do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, poderão ser utilizados pela administração quando houver necessidade, ou ainda vendidos, doados ou destruídos, conforme decisão motivada da autoridade ambiental;

VI - os animais domésticos e exóticos serão vendidos ou doados.

VII - os animais da fauna silvestre serão libertados em seu hábitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados

Art. 135. Os bens apreendidos poderão ser doados pela autoridade competente para órgãos e entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal, militar e social, bem como para outras entidades sem fins lucrativos de caráter beneficente.

Parágrafo único. Os produtos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

Art. 136. Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator.

Art. 137. O termo de doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações doados.

Parágrafo único. A autoridade ambiental poderá autorizar a transferência dos bens doados quando tal medida for considerada mais adequada à execução dos fins institucionais dos beneficiários.

Art. 138. Os bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, nos termos do § 5º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do adquirente.

Seção VII

Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços de

Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art. 139. A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 140. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente; e

IV - manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 141. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do art. 140, quando:

I - não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e

II - a recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. 140, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 142. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 143. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§ 1º Na hipótese de a recuperação dos danos ambientais de que trata o inciso I do art. 140 importar recursos inferiores ao valor da multa convertida, a diferença será aplicada nos outros serviços descritos no art. 140.

§ 2º Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 3º A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 144. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação da áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§ 1º Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§ 2º A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for de menor complexidade.

§ 3º Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§ 4º O não-atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 145. Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 1º A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado, observado o que dispõe o art. 141.

§ 2º Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§ 3º O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso de que trata o art. 146.

Art. 146. Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

III - descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - multa a ser aplicada em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor; e

V - foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 1º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§ 2º A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§ 3º O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 4º O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II - na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§ 5º O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§ 6º A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 147. Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial, mediante extrato.

Art. 148. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 149. Os órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ficam obrigados a dar, trimestralmente, publicidade das sanções administrativas aplicadas com fundamento neste Decreto:

I - no Sistema Nacional de Informações Ambientais - SISNIMA, de que trata o art. 9º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 1981; e

II - em seu sítio na rede mundial de computadores.

Parágrafo único. Quando da publicação das listas, nos termos do **caput**, o órgão ambiental deverá, obrigatoriamente, informar se os processos estão julgados em definitivo ou encontram-se pendentes de julgamento ou recurso.

Art. 150. Nos termos do que dispõe o § 1º do art. 70 da Lei nº 9.605, de 1998, este Decreto se aplica, no que couber, à Capitania dos Portos do Comando da Marinha.

Art. 151. Os órgãos e entidades ambientais federais competentes estabelecerão, por meio de instrução normativa, os procedimentos administrativos complementares relativos à execução deste Decreto.

Art. 152. O disposto no art. 55 entrará em vigor em 11 de junho de 2012.

Art. 152-A. Os embargos impostos em decorrência da ocupação irregular de áreas de reserva legal não averbadas e cuja vegetação nativa tenha sido suprimida até 21 de dezembro de 2007, serão suspensos até 11 de dezembro de 2009, mediante o protocolo pelo interessado de pedido de regularização da reserva legal junto ao órgão ambiental competente.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica a desmatamentos irregulares ocorridos no Bioma Amazônia.

Art. 153. Ficam revogados os Decretos n^{os} 3.179, de 21 de setembro de 1999, 3.919, de 14 de setembro de 2001, 4.592, de 11 de fevereiro de 2003, 5.523, de 25 de agosto de 2005, os arts. 26 e 27 do Decreto n^o 5.975, de 30 de novembro de 2006, e os arts. 12 e 13 do Decreto n^o 6.321, de 21 de dezembro de 2007._

Art. 154. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II

PORTARIA IBAMA Nº 93, DE 7 DE JULHO DE 1998

(D.O.U. DE 08/07/98)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso de suas atribuições previstas no Art. 24 do Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, e no Art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista o Art. 225, § 1º, VII da Constituição Federal, o disposto na Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983, Lei nº 9.111, de 10 de outubro de 1995, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 que aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal; Portaria Ministerial do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA nº 49, de 11 de março de 1987; Portaria Ministerial nº 106, de 14 de novembro de 1991 e Portaria nº 74, de 07 de março de 1994, Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975 que promulgou a Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES; Decreto Legislativo nº 2 de 1994; Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Portaria Normativa 113/97 de 25 de setembro de 1997; Portaria Normativa 131/97 de 3 de novembro de 1997 e em face ao contido no processo nº 02001.002408/96-93, resolve:

Art. 1º - A importação e a exploração de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica, serão normalizadas por esta Portaria.

Parágrafo único - Excetuam-se para efeito desta Portaria, os peixes e os invertebrados aquáticos não listados nos Apêndices da CITES e os animais considerados domésticos para efeito de operacionalização do IBAMA, conforme Anexo I da presente Portaria.

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Fauna Silvestre Brasileira: são todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do Território Brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras.

II - Fauna Silvestre Exótica: são todos aqueles animais pertencentes às espécies ou subespécies cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro e as espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado ou alçado. Também são consideradas exóticas as espécies ou subespécies que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro.

III - Fauna Doméstica: Todos aqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico tornaram-se domésticas, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originou.

Art. 3º - A importação e a exportação poderá ser realizada somente por pessoa jurídica de direito público ou privado e registrada junto ao IBAMA.

Parágrafo único - Em caso excepcional, poderá ser autorizada a importação e a exportação por pessoa física, mediante parecer favorável.

Art. 4º - A importação de animais vivos está sujeita também a autorização do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que se manifestará quanto às questões zoonosológicas.

Art. 5º - A importação e a exportação de agentes de controle biológico dependerá do cumprimento da Portaria Normativa IBAMA nº 131/97 de 3 de novembro de 1997 e legislação complementar.

Art. 6º - A importação de animais vivos silvestres da fauna exótica por grupo familiar de pessoas físicas, com finalidade de servirem como animais de estimação, somente será autorizada em número não superior a 2 (dois) indivíduos reproduzidos em cativeiro e devidamente marcados na origem, em consonância com os Artigos 3º, 4º e 31 desta Portaria.

Parágrafo único - Será autorizada a importação de animais da fauna silvestre brasileira, sem limitação de quantidade, quando comprovadamente reproduzidos em cativeiro e devidamente marcados na origem.

Art. 7º - O IBAMA se resguardará do direito de consultar especialistas para obtenção de subsídios para autorizar ou não a importação de espécimes vivos da fauna silvestre exótica, bem como consultar o Órgão Ambiental competente no Estado ou Município que receberá os animais importados.

Art. 8º - O acondicionamento e o transporte nacional e internacional de espécimes vivos da fauna silvestre brasileira e exótica, deverá obedecer às diretrizes para transporte de animais vivos da CITES e as normas da Associação Internacional de Transporte Aéreo - IATA, quando transportados por aeronaves.

DO REGISTRO

Art. 9º - A pessoa jurídica que importar ou exportar espécimes vivos, produtos ou subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica, deverá obrigatoriamente registrar-se no IBAMA nas categorias de Importador ou Exportador de Animais Vivos, Abatidos, Partes, Produtos e Subprodutos da Fauna Silvestre, protocolando requerimento na Superintendência do IBAMA onde possui sede e foro, conforme modelo constante no Anexo 2 da presente Portaria, com a apresentação da seguinte documentação/informações:

- a) preenchimento e assinatura do formulário padrão do IBAMA de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- b) documentação da empresa (cópia atualizada do Contrato Social, Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda - CGC-MF, Cadastro da Pessoa Física - CPF e Identidade do(s) dirigente(s);
- c) declaração especificando os animais vivos, produtos e subprodutos com as respectivas cotas a serem importadas/exportadas;
- d) o importador/exportador de espécimes vivos da fauna silvestre exótica, deverá apresentar o croqui detalhado das instalações onde os animais serão mantidos até sua comercialização, dados sobre alimentação, fornecimento de água, questões de higiene, segurança e sanidade dos animais e dos recintos, bem como a sua localização para procedimentos de vistoria;
- e) o Importador/exportador deverá justificar o motivo da importação/exportação, questões de manejo e segurança das instalações, a fim de que possa ser assegurada a impossibilidade de ocorrência de quaisquer ameaças à integridade dos ecossistemas do país, ao patrimônio público e privado, bem como a segurança pública caso venha a ocorrer a fuga dos animais;
- f) Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente;
- g) recolhimento do Documento de Arrecadação de Receitas - DR do IBAMA, correspondente ao registro inicial na categoria pretendida.

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 10 - A pessoa jurídica registrada no IBAMA como exportador é obrigado a:

- a) fornecer ao comprador Nota Fiscal onde deverá constar o número de registro no IBAMA;
- b) fazer constar na Nota Fiscal a quantidade, identificação da espécie (nome científico e vulgar), especificação do produto, marcas e identificações (anilhas, selos, lacres, tatuagens, identificação eletrônica (tipo, marca) e etc.);
- c) manter arquivo com as licenças obtidas, bem como as Notas Fiscais dos fornecedores para efeito de vistoria e fiscalização; e
- d) apresentar relatório anual até fevereiro de cada exercício das exportações realizadas, conforme Modelo constante no Anexo 4.

Art. 11 - A pessoa jurídica registrada no IBAMA como importador é obrigada a:

- a) possuir quarentenário aprovado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento;
- b) os animais vivos importados somente poderão ingressar no país se marcados na origem utilizando sistema de marcação próprio, reconhecido pelo IBAMA (anilhas, tatuagens, identificação eletrônica (tipo e marca));
- c) fazer constar nas caixas de transporte a quantidade de animais por espécie que estão sendo transportadas, para facilitar a identificação pelos agentes aeroportuários;

- d) fornecer ao comprador Nota Fiscal;
 - e) informar ao IBAMA, o aeroporto/porto, empresa de transporte, Conhecimentos Aéreos e data e hora previstas de chegada dos animais;
 - f) manter arquivo das Licenças obtidas, Notas Fiscais e Conhecimentos Aéreos referentes ao transporte, disponibilizando-os quando solicitado pelo IBAMA;
 - g) apresentar relatório anual até fevereiro de cada exercício das importações realizadas, conforme Modelo constante do Anexo 4, com cópia das licenças obtidas;
 - h) fornecer aos compradores de animais de estimação um texto com orientações básicas sobre a biologia da espécie (alimentação, fornecimento de água, abrigo, exercício, repouso, possíveis doenças, aspectos sanitários das instalações, cuidados de trato e manejo e se é potencialmente prejudicial ao homem e sobretudo, a proibição de soltura ou introdução dos animais na natureza.
- Parágrafo Único - Nas transações envolvendo espécimes, produtos e subprodutos de espécies constantes nos Anexos I e II da CITES, obrigar-se-á o fornecimento ao comprador, de cópia autenticada das licenças que autorizaram todo o procedimento.

DAS LICENÇAS

Art. 12 - Para a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica é necessário apresentar requerimento e formulário preenchido conforme modelo no Anexo 3 da presente Portaria e declaração "proforma" do fornecedor com o(s) respectivo(s) nome(s) científico(s) alvo.

§ 1º - A documentação deverá ser protocolada na Unidade do IBAMA com 30 (trinta) dias de antecedência do embarque, que analisará o pedido e o enviará acompanhado de parecer técnico ao Departamento de Vida Silvestre - DEVIS da Diretoria de Ecossistemas - DIREC.

§ 2º - Para a efetivação das operações citadas no "caput" deste Artigo, serão expedidas licenças de importação, exportação e reexportação conforme modelos contidos nos Anexos 5 e 6.

§ 3º - A apresentação do formulário - Anexo 3 - não garante a expedição da licença.

Art. 13 - São isentos de quaisquer tramitações junto ao IBAMA, os espécimes da fauna doméstica de conformidade com a lista objeto do Anexo 1 da presente Portaria e os produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica considerados artigos de uso pessoal.

Parágrafo Único - Consideram-se artigos de uso pessoal, os espécimes mortos, as partes, produtos ou subprodutos de flora e fauna silvestres que sejam propriedades de um particular e que constituam ou se destinem a constituir parte de seus bens ou objetos pessoais.

DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS

Art. 14 - A importação de animais para formação de plantel em criadouros comerciais será condicionada à apresentação de projeto de criação, conforme norma específica.

Art. 15 - O comerciante de animais vivos da fauna silvestre exótica, que desejar importar para comércio próprio, deverá estar em situação regular junto ao IBAMA e observar o disposto nesta Portaria.

Art. 16 - A importação de animais vivos de espécies listadas no Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, somente será permitida para espécimes reproduzidos em cativeiro, devidamente marcados na origem e mediante a apresentação de certificado que comprove a origem legal dos animais e outras normas complementares da Convenção.

Art. 17 - A importação de animais vivos de espécies listadas no Anexo II da CITES reproduzidas em cativeiro, somente será efetivada mediante comprovação da marcação individual dos exemplares e apresentação da licença de exportação do país de origem.

Art. 18 - Não será autorizada a importação de animais da fauna silvestre exótica provenientes de captura na natureza e destinados ao comércio.

Art. 19 - A importação de espécimes vivos de espécies da fauna silvestre brasileira, somente será permitida se forem provenientes de reprodução em cativeiro, estiverem devidamente marcados na origem e mediante a apresentação de certificado que comprove a sua origem legal e outras normas complementares.

Art. 20 - A importação de produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira, manufaturados ou industrializados, somente será possível quando oriundos de animais reproduzidos em cativeiro.

Parágrafo Único - Em se tratando de espécies listadas no Anexo I da CITES, é obrigatório a apresentação das licenças expedidas pelo país exportador.

Art. 21 - A importação de animais vivos poderá ser autorizada para:

I - Animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica para jardins zoológicos, criadouros científicos e criadouros conservacionistas, clubes e sociedades ornitófilas, devidamente registrados junto ao IBAMA mediante demonstração da necessidade de formação ou renovação de plantel;

II - Animais da fauna silvestre exótica com origem em circos e destinados a circos devidamente registrados no IBAMA.

Parágrafo Único - Para o item II não será autorizada a importação de animais mutilados. Entenda-se como animais mutilados aqueles que sofreram a extração deliberada de presas e garras. Constatada a mutilação, os animais deverão retornar ao país exportador e o custeio das operações de exportação ficará a cargo do importador.

Art. 22 - A importação de animais vivos por instituições de pesquisa será autorizada com base no envio do projeto de pesquisa que a justifique, observando o disposto no Art. 4º desta Portaria, obrigando a informar o destino final dos exemplares após o término da pesquisa.

Art. 23 - A importação de animais listados nos Anexos I e II da CITES para fins científicos, pedagógicos ou de capacitação, indústria biomédica e programas de criação em cativeiro, seguirão as normas estabelecidas pela Convenção.

Art. 24 - A importação temporária de animais vivos da fauna silvestre exótica para exposições e eventos de cunho científico, educativo ou promocional, seguirá os trâmites normais de importação.

Parágrafo Único - O importador quando solicitar a Licença de Importação Temporária deverá informar o período de permanência dos animais no País, bem como a programação de eventos e localização, área de repouso dos animais quando for o caso, nas turnês pelo país. Se a devolução não ocorrer dentro do prazo estabelecido, o importador estará sujeito às penalidades administrativas, inclusive impossibilitado de efetuar novas importações.

Art. 25 - Ficam isentos da licença de importação, os troféus de caça de espécies não listadas nos Anexos da CITES.

Art. 26 - A exportação de espécimes vivos da fauna silvestre exótica listados no Anexo I da CITES, e da fauna silvestre brasileira somente será permitida para espécimes comprovadamente reproduzidos em cativeiro em criadouros comerciais e jardins zoológicos registrados junto ao IBAMA e quando marcados na origem.

Art. 27 - A exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira provenientes de instituições devidamente registradas ou oficialmente reconhecidas pelo IBAMA, só será autorizada quando for objeto de intercâmbio técnico-científico com instituições afins do exterior, de conformidade com a legislação específica.

§ 1º - Todos os espécimes vivos da fauna silvestre brasileira não reproduzidos em cativeiro, quando exportados, continuarão, a critério do IBAMA, a pertencer ao governo brasileiro, assim como seus descendentes.

§ 2º - Os espécimes a serem exportados deverão ser necessariamente marcados na origem.

Art. 28 - Poderá ser autorizada a exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira coletados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, desde que provenientes de expedição científica autorizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e amparadas por licença de coleta/captura expedida pelo IBAMA.

Art. 29 - Será permitida a exportação de artesanato indígena ou similar confeccionado com partes de animais da fauna silvestre brasileira somente para intercâmbio científico e cultural, entre instituições oficiais ou oficializadas, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 30 - As reexportações serão autorizadas desde que tenham sido cumpridas as exigências para a importação contidas nesta Portaria.

DAS RESTRIÇÕES

Art. 31 - Fica proibida a importação de espécimes vivos para fins de criação com fins comerciais, manutenção em cativeiro como animal de estimação ou ornamentação e para exibição em espetáculos itinerantes e fixos, salvo em jardins zoológicos, os seguintes taxa:

I. invertebrados,

II. anfíbios (exceto *Rana catesbiana* - rã-touro),

III. répteis,

IV. ave da espécie *Sicalis flaveola* e sua subespécies,

V. mamíferos das Ordens: Artiodactyla (exceto os considerados domésticos para fins de operacionalização do IBAMA), Carnívora, Cetácea, Insectívora, Lagomorpha, Marsupialia, Pennipedia, Perissodactyla, Proboscidea, Rodentia, e Sirênia.

Art. 32 - O IBAMA, de acordo com as competências emanadas da Resolução CONAMA nº 237/97, publicará no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União os requisitos mínimos para o Licenciamento Ambiental, de que trata a letra "f" do Art. 9º da presente Portaria.

Art. 33 - As pessoas físicas registradas no IBAMA como "Exportador de Animais Vivos/Abatidos/Partes/Produtos e Subprodutos da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica" e "Importador de Animais Vivos/ Abatidos/Partes/Produtos e Subprodutos da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica" deverão num prazo não superior a 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, se adequarem às normas da presente Portaria.

Art. 34 - A Administração Central do IBAMA e as Superintendências com delegação de competência poderão baixar normas complementares visando a aplicação e a operacionalização de presente Portaria.

DAS PENALIDADES

Art. 35 - O descumprimento das normas desta Portaria implicará em penalidades administrativas, bem como o cancelamento do registro, retenção da licença e apreensão do produto objeto da transação, além das penalidades previstas nas Leis nºs 5.197/67, 6.938/91 e 9.605/98, sem prejuízo das demais sanções civis e penais.

Art. 36 - Os casos omissos referentes a espécies relacionadas nos Anexos CITES serão resolvidos pelas Autoridades Administrativas da CITES.

Art. 37 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 38 - Revoga-se a Portaria nº 029/94, de 24 de março de 1994.

ANEXO III

PORTARIA Nº 118-N DE 15 DE OUTUBRO DE 1997

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, tendo em vista o disposto no Art. 6º, letra "b", da Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967; Lei nº 6938/81 e o que consta no Processo IBAMA nº 02001.002877/96-94 RESOLVE:

Art. 1º - Normalizar o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais.

Art. 2º - Para os efeitos desta Portaria, considera-se criadouro a área dotada de instalações capazes de possibilitar o manejo, a reprodução, a criação ou recria de animais pertencentes a fauna silvestre brasileira.

Art. 3º - Considera-se fauna silvestre brasileira todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, reproduzidos ou não em cativeiro, que tenham seu ciclo biológico ou parte dele ocorrendo naturalmente dentro dos limites do Território Brasileiro e suas águas jurisdicionais.

Art. 4º- Excetuam-se, para efeito desta Portaria, os peixes, invertebrados aquáticos, jacaré-do-pantanal - *Caiman crocodilus yacare*, tartaruga-da-amazônia - *Podocnemys expansa*, tracajá - *Podocnemys unifilis*, insetos da Ordem Lepdoptera e outras espécies da fauna silvestre brasileira que venham a ser tratadas em portarias específicas.

Art. 5º - Os criadouros com fins econômicos e industriais serão enquadrados nas seguintes categorias:

a) Criadouro de Espécimes da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica para fins Comerciais - Pessoa Jurídica; e

b) Criadouro de Espécimes da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica para fins Comerciais - Pessoa Física.

Art. 6º - O interessado em implantar criadouro com fins econômicos e industriais de animais da fauna silvestre brasileira deverá protocolar carta-consulta na Superintendência do IBAMA onde pretende instalar o empreendimento, conforme modelo constante no Anexo I da presente Portaria, com as seguintes informações/documentos:

a) preenchimento e assinatura do formulário padrão do IBAMA de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais;

b) cópia dos documentos de identificação da pessoa física (Identidade e CPF) e da pessoa jurídica, no caso de empresa (Cadastro Geral do Contribuinte-CGC, Contrato Social atualizado, CPF e Identidade do dirigente);

c) localização do empreendimento e forma de acesso, com croqui da localização do criadouro na propriedade;

d) objetivo da criação e sistema de manejo; e

f) estimativa da quantidade inicial de matrizes e reprodutores, com nome popular e científico da(s) espécie(s) e sua procedência.(Leia-se item e, conforme Aviso de Retificação, anexo)

Art. 7º - Aprovada a carta-consulta pela Superintendência, o interessado deverá protocolar projeto complementar, no prazo de 90 (noventa) dias, contendo:

a) descrição técnica do manejo a ser aplicado aos animais nas diversas fases da criação;

b) sistema de marcação individual a ser adotado;

c) características do criadouro: área disponível, planta baixa ou croqui das instalações/recintos destinados ao manejo dos animais, com tamanho e denominação, espécie e quantidade de animais por instalação e área, abrigos naturais e artificiais, aspectos sanitários dos animais e das instalações e descrição dos aspectos qualitativos e quantitativos do manejo alimentar (alimentação e água);

d) apresentação de cronograma de produção;

e) estudo prévio de mercado dentro dos objetivos do manejo com vistas a comercialização (existência de abatedouros e pontos de venda de animais vivos, abatidos, partes, produtos e subprodutos, preços esperados e demanda de produtos);

f) formas de comercialização de acordo com portaria específica; e

g) apresentação do Documento de Recolhimento de Receitas - DR do IBAMA.

Parágrafo Único - A não apresentação do projeto definitivo no prazo estipulado no 2 caput deste Artigo implicará no arquivamento do processo contendo a carta-consulta.

Art. 8º - O projeto técnico deverá ser elaborado e assinado por responsável técnico devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe.

§1º A responsabilidade técnica pelo projeto e execução do empreendimento poderá ser assumida por órgão estadual ou municipal de extensão rural, de acordo com o caput deste Artigo.

§2º A responsabilidade técnica do empreendimento compreenderá todas as fases da implantação e criação, cabendo ao responsável técnico a apresentação de termo de responsabilidade técnica pelo empreendimento.

§ 3º - O proprietário do criadouro deverá comunicar ao IBAMA qualquer alteração na responsabilidade técnica, num prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 9º - Constatado o enquadramento do projeto nos padrões desta Portaria, o interessado será comunicado oficialmente pela Superintendência do IBAMA.

§ 1º - Após a conclusão de pelo menos 50% (cinquenta por cento) das obras ou instalações previstas no projeto, o interessado deverá comunicá-la à Superintendência do IBAMA, visando a realização de vistoria.

§ 2º - Estando as obras e instalações de acordo com o projeto apresentado, o mesmo será homologado pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC ou pela Superintendência com delegação de competência e o registro será concedido ao criadouro, mediante expedição de certificado de registro pela Diretoria de Controle e Fiscalização – DIRCOF ou pela Superintendência com delegação de competência.

Art. 10º - O criadouro implantado em propriedade que possua Reserva Legal averbada em Cartório ou área declarada como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN , devidamente comprovada, será isentado da apresentação do Documento de Recolhimento de Receitas - DR para registro inicial e do recolhimento da taxa de renovação de registro anual.

Art. 11 - Para a formação de plantel inicial, o criadouro poderá utilizar matrizes e reprodutores de animais da fauna silvestre brasileira provenientes de estabelecimentos registrados ou cadastrados junto ao IBAMA e de ações de fiscalização e na ausência destes, poderá solicitar a captura na natureza, mediante requerimento que informe o nome do responsável pela captura e pelo transporte, local de captura, quantidade de animais a serem capturados, método de captura, meio de transporte e apresentação de censo populacional estimativo.

§ 1º - A captura na natureza será permitida preferencialmente em locais onde as espécies estejam causando danos à agricultura, pecuária ou saúde pública, comprovado por meio de laudo técnico de órgão de extensão rural ou por órgão de pesquisa ou pesquisador, ratificado pelo IBAMA.

§ 2º - A captura será autorizada através de Licença expedida pela Superintendência do IBAMA onde se localiza o criadouro, ouvidas as demais Superintendências envolvidas.

§ 3º - Não será permitida a captura na natureza de animais constantes na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

§ 4º- As matrizes e reprodutores originários de captura na natureza, que formaram o plantel inicial e forem considerados improdutivos, poderão ser comercializados abatidos, mediante autorização expressa do IBAMA.

§ 5º- Não será permitida a venda de matrizes e reprodutores citados no parágrafo anterior para formação de plantel de novos criadouros ou para servirem como animais de estimação, devendo permanecer sob os cuidados do criadouro até o óbito.

§ 6º - A necessidade de captura de animais na natureza visando o melhoramento genético do plantel deverá atender o disposto no caput deste Artigo.

Art. 12 - É facultado ao IBAMA, sempre que necessário, exigir do criadouro a colocação do quantitativo de espécimes que foram capturados, ou parte dele, a disposição, para atender programas de reintrodução ou para a implantação de novos criadouros que tenham importância e caráter social, comunitário ou demonstrativo.

Art. 13 - O criadouro deverá remeter anualmente à Superintendência do IBAMA, declaração dos animais vivos mantidos em cativeiro e de animais abatidos, partes e produtos constantes em seu estoque, conforme modelo constante no Anexo II, bem como informar a quantidade de selos/lacres de segurança fornecidos pelo IBAMA.

Parágrafo Único - O criadouro deverá manter em seu poder, as cópias ou segundas vias das Notas Fiscais dos animais vivos, abatidos, partes e produtos que foram comercializados, num prazo de 5 (cinco) anos, de conformidade com portaria de comercialização específica.

Art. 14 - No caso de constatação de deficiência operacional do criadouro, através da análise de relatórios, declaração de estoque, denúncias e vistorias, o IBAMA exigirá a reformulação do projeto em prazo que não excederá a 6 (seis) meses, sob pena de cancelamento do registro.

Art. 15 - O IBAMA poderá exigir a qualquer momento, a comprovação do domínio da área do criadouro.

Art. 16 - O proprietário do criadouro que não cumprir as determinações previstas nesta Portaria, será notificado e terá um prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a situação.

§ 1º - Findo este prazo, será realizada vistoria no criadouro e constatada a continuidade das irregularidades, será lavrado o Termo de Apreensão e Depósito dos animais e assinado Termo de Compromisso, conforme Anexo III da presente Portaria.

§ 2º - Esgotado o prazo definido no Termo de Compromisso, dar-se-á início ao processo de cancelamento do registro e aplicadas as sanções civis e penais

Art. 17 - No caso de encerramento das atividades, os animais vivos, se acaso existirem, deverão ser transferidos para outros criadouros indicados pelo IBAMA e a transferência deverá ser custeada pelo proprietário do criadouro encerrado ou pelo destinatário.

Art. 18 - Ficam expressamente proibidos quaisquer atos ou procedimentos de soltura aleatória dos animais, colocando em risco outras espécies ou ecossistemas.

Art. 19 - O criadouro que intencione comercializar no mercado externo, animais e produtos constantes no Anexo I da Convenção Internacional Sobre o Comércio de Fauna e Flora Ameaçados de Extinção - CITES, deverá regularizar-se junto ao Secretariado, atendendo as suas normas e exigências.

Art. 20 - O criadouro comercial de animais da fauna silvestre brasileira que possua autorização para manter em seu plantel espécies constantes da Lista Oficial de Animais Ameaçados de Extinção ou pertencentes ao Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécimes da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção.- CITES somente poderá iniciar a comercialização no mercado interno a partir da geração F2, comprovadamente reproduzida em cativeiro.

Art. 16 - O transporte em todo o Território Brasileiro de animais vivos, partes, produtos e subprodutos originários de criadouros comerciais e jardim zoológicos devidamente legalizados junto ao IBAMA será permitido quando acompanhado da Nota Fiscal que oficializou o comércio e da Guia de Trânsito Animal - GTA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, quando tratar-se de transporte interestadual de animais vivos. (Leia-se Art. 21, conforme Aviso de Retificação, anexo)

Parágrafo Único - Para o transporte internacional, além dos documentos mencionados no "caput" deste artigo, o interessado deverá solicitar ao IBAMA no Estado onde residir, a expedição de Licença de Exportação, conforme Portaria específica.

Art. 22 - O IBAMA poderá realizar vistoria no criadouro em qualquer tempo.

Parágrafo Único - O IBAMA poderá solicitar, com antecedência de 10 (dez) dias, a presença do responsável técnico pelo criadouro.

Art. 23 - As Superintendências organizarão ficha cadastral dos criadouros, atualizado anualmente com base na declaração constante no Art. 12 desta Portaria.

Art. 24 - A Administração Central do IBAMA e as Superintendências com delegação de competência poderão baixar normas complementares visando a aplicação da presente Portaria e o funcionamento dos criadouros.

Art. 25 - O fiel atendimento do teor da presente portaria não exime o criadouro do cumprimento de outras normas do Ministério da Agricultura e Abastecimento ou de outros órgãos do Poder Público.

Art. 26 - Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência do IBAMA ou pela sua Presidência, ouvida a Diretoria de Ecossistemas - DIREC.

Art. 27 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revoga-se a Portaria nº 132/88-IBDF, de 05 de maio de 1988.

ANEXO IV

PORTARIA IAP Nº 299 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre licenciamento ambiental, estabelece condições e procedimentos e dá outras providências, para empreendimentos de que fazem uso e manejo de fauna silvestre nativa e exótica em cativeiro.

O Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP nomeado pelo Decreto nº 114 de 06 de janeiro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 com as alterações trazidas pelas Leis nº 11.352 de 13 de fevereiro de 1996 e nº 13.425 de 07 de janeiro de 2002 e de acordo com o seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.502 de 04 de agosto de 1992, e, ainda conforme Lei 8096/85 combinada com o Decreto 6343/85 alterados pela Lei 8681/87 e;

Considerando os objetivos institucionais do Instituto Ambiental do Paraná – IAP estabelecidos na Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992 (com as alterações da Lei Estadual nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996);

Considerando que a proteção do meio ambiente é um dever do Poder Público Estadual, conforme dispõe o art. 207, § 1º, da Constituição Estadual do Paraná;

Considerando o contido na Política Nacional de Meio Ambiente - Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e nas resoluções CONAMA de nº 01/86, 237/97 e 377/06, os quais disciplinam o Sistema de Licenciamento Ambiental, estabelecendo procedimentos e critérios, visando à melhoria contínua e o aprimoramento da gestão ambiental;

Considerando os termos do art. 12 da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que prevê a possibilidade de estabelecer procedimentos específicos para o licenciamento ambiental, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação;

Considerando a Resolução CEMA nº 065 de 01 de julho de 2008, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente;

Considerando a Lei Complementar Federal 140/2011 que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando que o IAP é o órgão responsável pela gestão da fauna no Estado do Paraná, e que deverá estabelecer o licenciamento de empreendimentos e a gestão do uso e manejo da fauna em cativeiro no âmbito do Estado; RESOLVE:

Art.1º. Estabelecer critérios, procedimentos, trâmite administrativo e premissas para a concessão de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos que fazem uso e manejo de fauna nativa e exótica em cativeiro (ex situ).

CAPÍTULO I

Das Definições e Conceitos Relativos ao Licenciamento Ambiental

Art. 2º. Para fins desta Portaria entende-se por:

Abatedouro ou Indústria de beneficiamento de fauna: Estabelecimento capacitado a abater espécimes da fauna nativa e/ou exótica, bem como processar e/ou transformar seus produtos e subprodutos;

Animal de estimação: Animal proveniente de espécies da fauna nativa, exótica ou doméstica, produzido em criadouro comercial legalmente estabelecido, mantido em cativeiro domiciliar, sem finalidade de abate, reprodução ou de uso científico e/ou laboratorial;

Cativeiro domiciliar: Local de endereço fixo, de pessoa física ou jurídica, utilizado para a manutenção de animais de estimação da fauna nativa ou exótica, com origem legal;

Centro de reabilitação de animais silvestres (CRAS): Local projetado para receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, criar, recriar, reproduzir, manter e reabilitar espécimes da fauna silvestre nativa para fins de programas de reintrodução no ambiente natural;

Centro de triagem de animais silvestres (CETAS): Local projetado para receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação de fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares;

Comercialização de espécimes: Ato de vender, comprar ou permutar espécimes da fauna nativa ou exótica, originários de criadouros comerciais legalmente estabelecidos, mediante a transferência de propriedade;

Conservação ex situ: É uma estratégia de preservação e/ ou recuperação de espécies envolvendo populações não-naturais, ou seja, fora do habitat natural, com a utilização de técnicas de reprodução ex situ (em cativeiro), aplicadas tanto em criadouros como em jardins zoológicos e que visa principalmente à conservação do banco genético dessas espécies;

Criadouro científico para fins de conservação: Empreendimento sem finalidade comercial, mantido por pessoa física ou jurídica, projetado para manter e/ou reproduzir espécies da fauna nativa, preferencialmente as ameaçadas de extinção com objetivo de auxiliar em programas de conservação ex situ, bem como produzir espécimes vivos destinados aos programas de reintrodução e/ou recuperação de espécies ameaçadas na natureza;

Criadouro científico para fins de pesquisa: Empreendimento sem finalidade comercial, mantido por instituição de pesquisa, projetado para manter e/ou reproduzir espécies da fauna nativa e/ou da fauna exótica, com objetivo de produzir espécimes vivos, produtos e subprodutos para exclusivamente subsidiar pesquisas científicas;

Criadouro comercial: Empreendimento mantido por pessoa física ou jurídica, projetado para manter e/ou reproduzir espécies da fauna nativa e/ou da fauna exótica, com objetivo de produzir e comercializar espécimes vivos, produtos e subprodutos para as mais diversas finalidades;

Espécie: conjunto de indivíduos semelhantes e com potencial reprodutivo entre si, capaz de originar descendentes férteis, incluindo aqueles que se reproduzem por partenogênese;

Espécie doméstica: Espécie que através de processos tradicionais de manejo tornou-se doméstica, possuindo características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem;

Espécie exótica: Espécie cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro, excetuando-se as espécies domésticas;

Espécie nativa: Espécie cuja distribuição geográfica original inclui o território brasileiro e suas águas jurisdicionadas. Sinônimo de fauna brasileira;

Estabelecimento comercial de fauna: Estabelecimento projetado para expor à venda e comercializar espécimes vivos da fauna nativa ou exótica, originários exclusivamente de criadouros comerciais legalmente estabelecidos;

Fauna doméstica: O conjunto de espécies que, por meio de processos tradicionais e sistematizados de manejo ou melhoramento zootécnico, tornaram-se dependentes do homem e do ambiente doméstico, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita relação com ele, podendo apresentar fenótipo variável, diferente das espécies silvestre que as originaram;

Fauna exótica: O conjunto de espécies cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro ou suas águas jurisdicionadas, excetuando-se as espécies da fauna doméstica;

Fauna nativa: O conjunto de espécies cuja distribuição geográfica original inclui o território brasileiro e suas águas jurisdicionadas. Sinônimo de fauna brasileira;

Fauna silvestre: Todos os espécimes, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem naturalmente fora do cativeiro (in situ) ou que nasceram em vida livre e posteriormente foram colocados em cativeiro (ex situ);

Jardim zoológico: Empreendimento projetado para atender aos objetivos conservacionistas, educacionais, científicos e recreativos, por meio da manutenção e exposição ao público de animais da fauna nativa e/ ou da fauna exótica;

Mantenedor de fauna: Local projetado para manter animais da fauna nativa e/ ou da fauna exótica, sem objetivo de reprodução, podendo alojar por tempo indeterminado espécimes oriundos de ações fiscalizadoras dos órgãos ambientais, principalmente os que não tenham condições de serem destinados para programas de reintrodução na natureza ou de reprodução ex situ, sendo permitida a visita monitorada com objetivo de educação ambiental;

Parte ou produto da fauna: pedaço ou fração de um elemento de origem animal, que não tenha sido beneficiado a ponto de alterar sua característica, forma ou propriedade primária, como por exemplo: carcaça, carne, víscera, gordura, ovo, asa, pele, pêlo, pena, pluma, osso, chifre, corno, sangue, glândula, veneno, entre outros;

SISFAUNA: Sistema informatizado, desenvolvido e mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, para permitir a gestão compartilhada da fauna nativa e exótica ex situ em âmbito nacional, com endereço eletrônico: <http://serviços.ibama.gov.br/index.php/autorizações-e-licenças/empreendimentos-de-fauna-silvestre-sisfauna>;

Subproduto da fauna: pedaço ou fração de um elemento de origem animal, beneficiado a ponto de alterar sua característica, forma ou propriedades primárias.

CAPÍTULO II

Das Categorias de Uso e Manejo da Fauna Nativa e/ou Exótica ex situ

Seção I

Das Categorias Sujeitas ao Licenciamento Ambiental

Art. 3º - As categorias consideradas de Uso e Manejo da Fauna Nativa e/ou da Fauna Exótica ex situ, são:

- Criadouro comercial;
- Criadouro científico para fins de pesquisa;
- Criadouro científico para fins de conservação;
- Mantenedor de fauna;
- Jardim zoológico e Aquário;
- Centro de triagem de animais silvestres;
- Centro de reabilitação de animais silvestres;
- Estabelecimento comercial de fauna;
- Abatedouro ou Indústria de beneficiamento de fauna.

Seção II

Das Finalidades de Uso da Fauna ex situ

Art. 4º. Os CRIADOUROS COMERCIAIS poderão receber, manter, produzir, comercializar ou fornecer espécimes das espécies autorizadas na respectiva Autorização de Manejo (AM), para atender as seguintes finalidades:

Utilização como animal de estimação, referente às espécies nativas, conforme Resolução 394/08 do CONAMA e às espécies exóticas com aptidão para esta finalidade, exceto as espécies consideradas perigosas (ANEXO 8);

Abate;

Produção ou extração de produtos ou subprodutos, no próprio criadouro, sem necessidade de abate;

Composição ou recomposição de planteis de outros criadouros comerciais, de jardins zoológicos, de criadouros científicos, de criadores amadoristas de passeriformes da fauna nativa ou de criadores amadoristas de aves da fauna exótica;

Uso laboratorial ou para utilização em pesquisas científicas;

Uso em programas de reintrodução na natureza ou de recuperação de espécies da fauna ameaçada de extinção;

Conservação ex situ no próprio criadouro;

Uso para falcoaria;

Utilização como animal de ornamentação;

Uso para ornamentação de eventos;

Uso para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, propagandas, cinema e assemelhados;

Uso em apresentações públicas ou shows que utilizem os animais;

Uso didático ou na educação ambiental;

Uso em feiras e exposições de animais, torneios e campeonatos;

Uso como alimento para outros animais;

Sempre que possível, dar suporte à manutenção adequada de espécimes silvestres oriundos de ações de fiscalização dos órgãos ambientais, visando a formação ou recomposição do plantel reprodutor ou a manutenção de banco genético e, Exportação.

§1º As espécies relacionadas no ANEXO 8 só poderão ser mantidas por criadouros comerciais, especificamente para o uso descrito nos incisos II, III, IV, V e XI deste artigo.

§2º Fica proibida a reprodução de grandes felídeos exóticos do gênero *Panthera* spp.

§3º É proibida a criação com finalidade comercial de qualquer espécie relacionada na lista oficial de espécies invasoras no Estado do Paraná, exceto para venda de espécimes comprovadamente esterilizados.

§4º A instalação, registro e funcionamento de novos criadouros comerciais de javalis (*Sus scrofa*) e seus híbridos estão suspensos por tempo indeterminado.

Art. 5º. Os CRIADOUROS CIENTÍFICOS PARA FINS DE PESQUISA poderão receber, manter e produzir espécimes das espécies autorizadas na respectiva AM, para atender as seguintes finalidades:

Uso laboratorial ou experimental;

Realização de pesquisas científicas;

Para fins didáticos ou de educação ambiental;

Sempre que possível, dar suporte à manutenção adequada de espécimes silvestres oriundos de ações de fiscalização dos órgãos ambientais, visando a formação ou recomposição do plantel reprodutor ou a manutenção de banco genético.

Art. 6º. Os CRIADOUROS CIENTÍFICOS PARA FINS DE CONSERVAÇÃO poderão receber, manter, produzir e fornecer espécimes das espécies autorizadas na respectiva Autorização de Manejo - AM, para atender as seguintes finalidades:

Uso em programas de reintrodução na natureza, revigoramento populacional ou de recuperação de espécies da fauna nativa;

Conservação ex situ no próprio criadouro através da reprodução de animais ameaçados de extinção e/ou da manutenção de espécimes como banco genético;

Sempre que possível, dar suporte à manutenção adequada de espécimes silvestres oriundos de ações de fiscalização dos órgãos ambientais, visando a manutenção de banco genético ou a reabilitação e soltura dos espécimes;

Composição ou recomposição de planteis de outros criadouros científicos, de jardins zoológicos, de criadouros comerciais ou de mantenedores;

Para fins didáticos ou de educação ambiental.

§1º Os criadores científicos para fins de conservação devem, sempre que possível, participar de programas oficiais de conservação de espécies ameaçadas de extinção.

§2º O criadouro é responsável pela manutenção, inclusive na fase adulta, dos espécimes nascidos no criadouro que não tenham sido destinados para outras instituições ou para programas de soltura.

§3º A reprodução deve ser priorizada para as espécies da fauna nativa ameaçadas de extinção.

Art. 7º. Os MANTENEDORES DE FAUNA poderão receber, manter e fornecer espécimes das espécies autorizadas na respectiva AM, para atender as seguintes finalidades:

Dar suporte à manutenção adequada de espécimes silvestres oriundos de ações de fiscalização dos órgãos ambientais, os quais não estejam aptos para a soltura ou participação de programas de conservação;

Oportunizar visitas monitoradas exclusivamente para fins didáticos ou de educação ambiental;

Composição ou recomposição de planteis de criadouros científicos, jardins zoológicos, criadouros comerciais ou de outros mantenedores.

§1º Não é permitida a reprodução de animais em mantenedores de fauna, devendo ser adotadas as medidas de contracepção a serem especificadas no projeto técnico do empreendimento.

§2º A instalação, registro e funcionamento de novos mantenedores de javalis (*Sus scrofa*) e seus híbridos estão suspensos por tempo indeterminado.

Art. 8º. Os JARDINS ZOOLOGICOS poderão receber, expor, manter, produzir e fornecer espécimes das espécies autorizadas na respectiva Autorização de Manejo (AM), para atender as seguintes finalidades:

Recreação ou entretenimento do público visitante;

Promoção da educação ambiental;

Conservação ex situ no próprio zoológico;

Uso em programas de reintrodução na natureza ou de recuperação de espécies da fauna ameaçada de extinção;

Sempre que possível, dar suporte à manutenção adequada de espécimes silvestres oriundos de ações de fiscalização dos órgãos ambientais, visando a manutenção de banco genético ou a reabilitação e soltura dos espécimes;

Composição ou recomposição de planteis de outros zoológicos, de criadouros científicos, de jardins zoológicos, de criadouros comerciais ou de mantenedores;

Uso para falcoaria;

Uso para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, propagandas, cinema e assemelhados;

Uso em apresentações públicas ou shows que utilizem os animais e,

Exportação.

Art. 9º. Os CENTROS DE TRIAGEM E /OU REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES poderão receber, triar, manter, recuperar e destinar os espécimes da fauna nativa ou exótica, provenientes das ações de fiscalização dos órgãos ambientais ou de entregas voluntárias.

§ 1º Os animais recebidos serão registrados, examinados, triados para avaliar qual a destinação mais recomendada e reabilitados, se for o caso.

§ 2º Sempre que possível, os espécimes considerados aptos para sobreviver sem a intervenção humana, serão destinados para programas de reintrodução na natureza, cumprindo-se todos os protocolos sanitários e de manejo necessários.

§ 3º Quando não for possível ou viável a reintegração na natureza, referida no parágrafo anterior, os exemplares devem ser destinados aos estabelecimentos devidamente licenciados, enquadrados nas categorias relacionadas nos incisos I ao V do artigo 3º, dando preferência aos instalados no Estado do Paraná.

Art. 10º. Os ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE FAUNA poderão adquirir, manter, expor a venda e comercializar espécimes da fauna nativa ou exótica, comprovadamente originários de criadores comerciais devidamente licenciados, para atender as seguintes finalidades:

Utilização como animal de companhia, estimação, ornamentação, entretenimento ou quaisquer outros usos relacionados à manutenção dos espécimes em domesticidade, diretamente por pessoas físicas ou jurídicas;

Composição ou recomposição de planteis de outros criadouros comerciais, de jardins zoológicos, de criadouros científicos ou de mantenedores de fauna;

Composição ou recomposição de planteis de criadores amadoristas de passeriformes da fauna nativa;

Composição ou recomposição de planteis de criadores amadoristas de aves da fauna exótica;

Uso laboratorial ou para utilização em pesquisas científicas;

Uso em programas de reintrodução na natureza ou de recuperação de espécies da fauna ameaçada de extinção;

Uso em feiras e exposições de animais, torneios e campeonatos, devidamente autorizados.

Art. 11. Os ABATEDOUROS OU INDÚSTRIAS de beneficiamento de fauna poderão abater espécimes da fauna nativa ou exótica, comprovadamente originários de criadores comerciais devidamente licenciados, bem como industrializar e comercializar as partes, produtos e subprodutos oriundos desses.

Parágrafo único. Para as espécies da fauna nativa, somente poderão ser criadas com finalidade de abate, aquelas constante no ANEXO 7.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais Relativas ao Licenciamento Ambiental

Seção I

Das Definições Gerais Relativas ao Licenciamento Ambiental

Art. 12. O IAP, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá os seguintes atos administrativos:

Autorização de coleta de espécimes, ovos e larvas de fauna silvestre para formação de plantel, soltura de espécimes e outras;

Autorização de Transporte de Fauna: documento expedido pelo órgão ambiental que autoriza o transporte de animais silvestres entre estabelecimentos autorizados de manejo de fauna silvestre em cativeiro, para a destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes e da atividade de autorização e controle dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS);

Licença Ambiental Simplificada (LAS): aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possuam baixo potencial poluidor/degradador,

atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo IAP;

Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante;

Licença de Operação (LO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

Autorização de Manejo – AM: Ato administrativo emitido pelo órgão ambiental competente, que permite o uso e o manejo de espécimes da fauna nativa ou da fauna exótica, em conformidade com as categorias descritas no Artigo 3º desta Portaria.

Art. 13. O porte do empreendimento será definido conforme tabela abaixo:

TAMANHO DA ÁREA CONSTRUÍDA PORTE Estudos Específicos

ATÉ 500 m2 PEQUENO Plano de Controle Ambiental PCA

501 - 1.000 m2 MÉDIO Plano de Controle Ambiental PCA

1001- 5.000 m2 GRANDE Plano de Controle Ambiental PCA

Acima de 5.000 m2 EXCEPCIONAL Plano de Controle Ambiental PCA; Relatório Ambiental Prévio – RAP

Art. 14. Somente para a categoria de empreendimento: ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE FAUNA SILVESTRE, poderá ser solicitada a Licença Ambiental Simplificada – LAS. Para as demais categorias deverá ser solicitada LP, LI e LO.

Art. 15. Os requerimentos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos que fazem uso e manejo de fauna, dirigidos ao Diretor Presidente do IAP, serão protocolizados, desde que instruídos na forma prevista abaixo, respeitando-se a modalidade solicitada.

§1º Anteriormente à solicitação da licença prévia, LP, o interessado, pessoa física ou jurídica, deverá cadastrar-se no Cadastro Técnico Federal (CTF), disponível no site do IBAMA, no qual obterá o NÚMERO DE REGISTRO e o CERTIFICADO DE REGULARIDADE, que tem abrangência nacional.

§2º Anteriormente à solicitação da LP, o interessado deverá acessar o sistema SISFAUNA/BR e obter a Autorização Prévia (AP) para o empreendimento, onde irá constar categoria de empreendimento, as espécies pretendidas, a localização e demais dados cadastrais do interessado.

Seção II Atos Administrativos

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre - CEFAS (ANEXO 1);

Cópia da Autorização Prévia (AP) do SISFAUNA/BR (ANEXO 9);

Certidão do Município, quanto ao uso e ocupação do solo, conforme modelo apresentado (ANEXO 2);

Cópia da Outorga Prévia do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

Publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com o Capítulo I, Seção IV da Resolução CEMA nº 065/2008;

Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008;

Laudo de conclusão de obra referente ao sistema de controle poluição aprovado pelo IAP, emitido por técnico habilitado, acompanhado de ART- Anotação de Responsabilidade Técnica;

Apresentação do projeto técnico conforme diretrizes (ANEXO 5), e anotações de responsabilidade técnica.

§1º Após o recebimento do processo, com todos os documentos e o projeto técnico, os Escritórios Regionais deverão encaminhá-lo para a DIRETORIA de CONTROLE de RECURSOS NATURAIS (DIREN).

§2o Após a obtenção da Licença Simplificada, o empreendedor deverá, solicitar no SISFAUNA/BR a vistoria do empreendimento.

§3o O escritório responsável pelo licenciamento, deverá, juntamente com a DIREN, realizar a vistoria.

§4o Após a vistoria o interessado deverá solicitar a Autorização de Manejo (AM) no SISFAUNA/BR, que será emitida pelo IAP. O início das atividades só se dará após a obtenção da AM e respectiva Autorização de Transporte de Fauna, se for o caso.

RENOVAÇÃO LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre - CEFAS (ANEXO 1);

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cópia da Autorização de Uso e Manejo (AM) do SISFAUNA/BR (ANEXO 9);

Cópia da Licença Ambiental Simplificada;

Cópia da Outorga Prévia ou da Outorga de Direito do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

Publicação de súmula da concessão da Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com o Capítulo I, Seção IV da Resolução CEMA nº 065/2008.

§1o Na Renovação de Licenças (LAS ou LO) emitidas pelo IAP ou pelo IBAMA antes de 2013, deverá ser apresentada, juntamente com os documentos, o projeto técnico conforme diretrizes (ANEXO 5), e anotações de responsabilidade técnica.

§2º Após a obtenção da Licença Simplificada, o empreendedor deverá cadastrar o empreendimento no SISFAUNA/BR, para fins de obtenção da Autorização de Uso e Manejo/AM. O início das atividades só se dará após a obtenção da AM e respectiva Autorização de Transporte de fauna.

LICENÇA PRÉVIA (LP)

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre – CEFAS (ANEXO 1);

Cópia da Autorização Prévia (AP) do SISFAUNA/BR (ANEXO 9);

Certidão do Município, quanto ao uso e ocupação do solo, conforme modelo apresentado no (ANEXO 2);

Cópia da Outorga Prévia do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

Croqui de localização do empreendimento, contendo rios próximos, vias de acessos principais e pontos de referências para chegar ao local;

Relatório Ambiental Prévio – RAP, conforme diretrizes estabelecidas (ANEXO 3), com a respectiva ART para empreendimentos de porte excepcional;

Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com o Capítulo I, Seção IV da Resolução CEMA nº 065/2008;

Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008;

Nos casos devidamente justificados em que não seja possível a apresentação dos documentos especificados no item i, o mesmo deverá ser apresentado antes do início da operação da atividade ou empreendimento sob pena de cancelamento da Licença Ambiental.

LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre - CEFAS (ANEXO 1);

Cópia da Licença Prévia (LP);

Cópia da Autorização Prévia (AP) do SISFAUNA/BR (ANEXO 9);

Certificado de regularidade e número de registro do Cadastro Técnico Federal (CTF);

Apresentação do projeto técnico conforme diretrizes (ANEXO 5), e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);

Publicação de súmula da concessão da Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);
Plano de Controle Ambiental- PCA, conforme diretrizes estabelecidas (ANEXO 4), com a respectiva ART;

Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com o Capítulo I, Seção IV da Resolução CEMA nº 065/2008.

§1o Após o recebimento do processo, com todos os documentos, os Escritórios Regionais deverão encaminhá-lo para a DIRETORIA de CONTROLE de RECURSOS NATURAIS (DIREN).

§2o O interessado deverá solicitar no SISFAUNA/BR a Autorização de Instalação (AI) (ANEXO 9).

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cópia da Autorização Prévia (AP) do SISFAUNA/BR (ANEXO 9);

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre - CEFAS (ANEXO 1);

Cópia da Licença de Instalação (LI);

Certificado de regularidade e número de registro do Cadastro Técnico Federal (CTF);

Publicação de súmula da concessão da Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com o Capítulo I, Seção IV da Resolução CEMA nº 065/2008.

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre - CEFAS (ANEXO 1);

Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008;

Cópia da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

Laudo de conclusão de obra referente ao sistema de controle de poluição aprovado pelo IAP, emitido por técnico habilitado, acompanhado da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;

Cópia da Licença de Instalação (LI);

Indicação do(s) profissional(ais) que assumirá(ão) a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART.

§1o Após o recebimento do processo, com todos os documentos, os Escritórios Regionais deverão encaminhá-lo para a DIRETORIA de CONTROLE de RECURSOS NATURAIS (DIREN).

§2o O interessado deverá solicitar no SISFAUNA/BR a vistoria do empreendimento.

§3o O escritório responsável pelo licenciamento, deverá, juntamente com a DIREN, realizar a vistoria e emitir o parecer.

§4o O IAP deverá cadastrar a vistoria no SISFAUNA/BR.

§5o Após a aprovação da vistoria, o interessado deverá solicitar a Autorização de Manejo (AM) no SISFAUNA/BR (ANEXO 9), que será emitida pelo IAP. O início das atividades só se dará após a obtenção da AM e respectiva Autorização de Transporte de Fauna, se for o caso.

§6º A LO e a AM serão emitidas em conjunto pelo IAP.

§7º Nos casos de ampliações dos empreendimentos só será solicitado novo licenciamento se a ampliação for maior do que 30% da área licenciada construída. Situações em que não ultrapassem os 30% o interessado deverá, por ofício, realizar uma consulta e informar ao IAP sua intenção, anexando dados sobre a ampliação, a justificativa e a cópia da licença vigente. Caso autorizada a ampliação esta deverá ser regularizada quando do pedido da renovação da Licença apresentando o projeto técnico.

RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Requerimento de Licenciamento Ambiental;

Cadastro de Empreendimentos de Fauna Silvestre - CEFAS (ANEXO 1);

Cópia da Licença de Operação (LO);

Cópia da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

Publicação de súmula da concessão da Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais); Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com o Capítulo I, Seção IV da Resolução CEMA nº 065/2008; Cópia da Autorização de Uso e Manejo (AM) do SISFAUNA/BR.

Parágrafo Único - Na Renovação de Licenças (LAS ou LO) emitidas pelo IAP ou pelo IBAMA antes de 2013, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos, o projeto técnico conforme diretrizes (ANEXO 5), e anotações de responsabilidade técnica.

Art. 16. Qualquer empreendimento, independentemente do seu licenciamento ambiental, que necessite de supressão de vegetação, deverá obter a autorização específica.

Seção III

Da Autorização de Manejo de Fauna Nativa ou Exótica em Cativeiro

Art. 17. A emissão da Autorização de Uso e Manejo de fauna nativa ou de fauna exótica em cativeiro (AM), para os empreendimentos enquadrados nas categorias especificadas no Art. 3º, será feita pelo IAP no SISFAUNA/BR.

Art. 18 Para obter a AM, os interessados deverão cadastrar o empreendimento no SISFAUNA/BR (ANEXO 9), sistema nacional de gestão de fauna mantido pelo IBAMA e disponível no endereço eletrônico <http://serviços.ibama.gov.br/index.php/autorizações-e-licenças/empreendimentos-de-fauna-silvestre-sisfauna>, no qual preencherão os mesmos dados constantes no Projeto Técnico do empreendimento.

Art. 19. Para viabilizar o cadastro referido no parágrafo anterior, para fins de operacionalização no sistema SISFAUNA/BR até a sua adequação, o interessado deverá fazer a solicitação de AM e colocar o empreendimento como “Em Funcionamento”.

Art. 20. Uma vez constatado que as informações cadastradas no SISFAUNA, pelo empreendedor, são compatíveis com o Projeto Técnico aprovado ou com o requerimento apresentado, o IAP irá emitir a AM do empreendimento e enviá-la, por via eletrônica, ao requerente.

Art. 21. A Autorização de Manejo (AM) habilita o Empreendimento a receber e manejar as espécies discriminadas na autorização para as finalidades especificadas no projeto técnico ou no requerimento, e discriminará ainda as condicionantes de uso e manejo.

CAPÍTULO IV

Dos Procedimentos Gerais Relativos ao Uso e Manejo de Fauna ex situ

Seção I

Da Origem dos Animais para a Formação e Ampliação de Plantel

Art. 22. A obtenção de animais para formação, recomposição ou ampliação de plantel dos empreendimentos registrados nas categorias listadas no Art. 3º, somente poderão ocorrer das formas descritas no presente artigo.

§1º Os MANTENEDORES DE FAUNA somente podem receber animais das seguintes formas:

Através das autoridades competentes, mediante recebimento de animais oriundos de ações de fiscalização, entregas voluntárias ou resgates, acompanhados de documento oficial assinado pela autoridade;

Através do recebimento de animais oriundos dos Centros de Triagem e/ou Reabilitação de Animais Silvestres, mediante autorização de transporte emitida pelo IAP;

Através da transferência de animais excedentes oriundos de outros empreendimentos registrados, mediante autorização de transporte emitida pelo IAP.

§2º Os CRIADORES CIENTÍFICOS PARA FINS DE PESQUISA, CRIADORES CIENTÍFICOS PARA FINS DE CONSERVAÇÃO, CRIADORES COMERCIAIS E JARDINS ZOOLOGICOS podem obter animais das formas descritas no §1º e também das seguintes formas:

Através de reprodução de animais do plantel;

Através de aquisição de animais oriundos de criadouros comerciais ou comerciantes registrados, mediante transferência de propriedade;

Através de importação, mediante licença emitida pelo IBAMA.

§3º Os COMERCIANTES DE FAUNA E OS ABATEDOUROS OU INDÚSTRIAS de beneficiamento de fauna somente poderão obter animais da seguinte forma:

Através de aquisição de animais oriundos de criadouros comerciais ou comerciantes registrados, mediante transferência de propriedade.

Art. 23. Inexistindo a disponibilidade de espécimes nos meios descritos no Art. 17º, o responsável pelo empreendimento registrado nas categorias definidas nos incisos I, II, III ou V do Art. 3º poderá, excepcionalmente, solicitar a captura na natureza, mediante requerimento que justifique e embase técnica e cientificamente a necessidade, informando o nome do responsável técnico pela captura e pelo transporte, o local de captura, a quantidade de animais a ser capturado, o método de captura, o meio de transporte e apresentando estudo populacional estimativo.

§1º A captura na natureza deverá ser solicitada em requerimento específico (ANEXO 10), devendo enviá-lo para o endereço eletrônico: iapfauna@iap.pr.gov.br.

§2º A captura e coleta será permitida preferencialmente em locais onde os espécimes da espécie pretendida, estejam causando danos à agricultura, pecuária ou saúde pública, comprovado por meio de laudo técnico de órgão de extensão rural ou por órgão de pesquisa ou pesquisador, ratificado pelo IAP.

§3º As matrizes e reprodutores originários de captura na natureza, que formaram o plantel e forem considerados improdutivos, poderão ser comercializados abatidos, mediante autorização expressa do IAP.

§4º A necessidade de captura de animais na natureza visando o revigoramento genético do plantel deverá atender o disposto no caput e parágrafos deste Artigo.

Seção II Do Transporte de Animais

Art. 24. Para o transporte de animais vivos, mortos, partes, produtos e subprodutos da fauna nativa ou exótica dentro do Estado do Paraná, ou para outros Estados da Federação, o interessado deve solicitar a Autorização de Transporte (AT) encaminhando o Requerimento de Transporte de Fauna (ANEXO 6) através do endereço eletrônico: iapfauna@iap.pr.gov.br.

§ 1º Os animais produzidos por criadouros comerciais devidamente licenciados, bem como suas partes, produtos e subprodutos, poderão ser transportados sem a autorização referida no caput, desde que estejam acompanhados da primeira via da respectiva nota fiscal e do certificado de origem (quando exigível).

§ 2º Para o transporte de animais para outras unidades da Federação, o IAP deverá consultar o órgão ambiental estadual responsável, sobre a regularidade do destinatário.

§ 3º A licença referida no caput ou a nota fiscal referida no parágrafo 1º, não dispensa o transportados da apresentação de outros documentos exigíveis como: Guia de Transito Animal GTA, atestado de saúde ou outros.

Seção III Da Conservação ex situ

Art. 25. A conservação ex situ de espécies ameaçadas de extinção poderá ser realizada por criadouros científicos para fins de conservação, criadouros comerciais e zoológicos, que estejam licenciados para manter essas espécies.

§ 1º Os empreendimentos interessados em participar do programa de conservação ex situ de uma determinada espécie, deverão se integrar ao respectivo comitê de conservação, subscrevendo o acordo de manejo, o qual também será subscrito pelo órgão ambiental responsável, e que irá prever, entre outros detalhes, o número de exemplares a serem mantidos no estabelecimento.

§ 2º O acordo de manejo poderá prever, entre outras providências, que após avaliação pelo administrador do Livro de Registro Genealógico da Espécie (Studbook keeper), do conjunto de espécimes do plantel, aqueles considerados relevantes sob o ponto de vista genético, sejam incluídos no Livro de Registro Genealógico (Studbook) da espécie.

§ 3º Quando da avaliação dos planteis da espécie em cativeiro, o comitê estabelecerá ainda, em comum acordo com o estabelecimento participante, a quantidade de espécimes deste, a serem incluídas no Studbook.

§ 4º Os comitês de conservação poderão requisitar dos criadouros comerciais e zoológicos até 30 (trinta) por cento da produção anual de filhotes de primeira geração (F1) da espécie ameaçada em questão, da próxima estação reprodutiva tendo como base a produção do ano anterior.

§ 5º Os espécimes que integrarem os livros de registros genealógicos (Studbook), ficarão sempre disponíveis aos respectivos comitês de conservação, para fins de gerenciamento genético, podendo

ser transferidos entre os estabelecimentos participantes do programa, mediante autorização de transporte, sempre que tal procedimento for considerado relevante.

§ 6º Os descendentes dos espécimes não incluídos no Studbook, bem como os descendentes dos espécimes considerados não relevantes ao programa, quando nascidos em criadouros comerciais, poderão ser comercializados e estarão livres do controle dos comitês.

§ 7º Os criadouros científicos, comerciais e os zoológicos poderão participar, ou mesmo promover programas de reintrodução na natureza, de espécies regionalmente extintas ou que necessitem reforço populacional, desde que devidamente autorizados pela autoridade competente.

Seção IV

Da Identificação/Marcação Individual

Art. 26. Todos os espécimes constantes nos empreendimentos licenciados no Estado do Paraná deverão estar identificados individualmente, de acordo com a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 02 IBAMA de 02 de março de 2001, ou outra que venha a substituí-la.

Seção V

Da Exposição ao Público, Captação e Uso De Imagens De Animais Mantidos em Cativeiro

Art. 27. A exposição de animais diretamente ao público, dentro do empreendimento registrado, com finalidade de contemplação e entretenimento é atividade exclusiva de jardins zoológicos.

Art. 28. Mantenedores, criadores científicos para fins de pesquisa, criadores científicos para fins de conservação, centros de triagem e reabilitação de animais silvestres podem receber apenas visitas restritas e monitoradas, com finalidade didática, científica ou jornalística.

Art. 29. Animais oriundos de criação comercial podem ser expostos à venda em locais autorizados (estabelecimentos comerciais, criadores comerciais ou em eventos previamente autorizados).

Art. 30. A apresentação de animais oriundos de criadores comerciais, zoológicos ou nascidos em cativeiro em espetáculos ou shows fora do empreendimento requer autorização prévia do IAP.

§ 1º A solicitação de autorização para exposição deverá ser protocolizada junto ao IAP com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do evento.

§ 2º Os promotores do evento e os proprietários dos animais são co-responsáveis por garantir segurança aos animais, ao público e ao meio ambiente.

§ 3º Todo evento onde houver apresentação de animais deverá ser acompanhado de médico veterinário, com a devida anotação de responsabilidade técnica para o evento.

§ 4º São vedadas atividades que impliquem sofrimento aos animais durante a apresentação, treinamento, manutenção ou transporte.

Art. 31. A captação de imagens de animais dentro de empreendimentos devidamente registrados seja para fins didáticos, jornalísticos ou comerciais, não requer autorização do IAP, desde que respeitados os seguintes requisitos:

§1º O empreendimento deve disponibilizar profissional habilitado no manejo dos animais para acompanhar as captações de imagem.

§2º É de responsabilidade do empreendimento, oferecer segurança para os animais e para as pessoas durante o período de gravação.

§3º Não são permitidas atividades que causem danos aos animais ou que imponham maus tratos.

Art. 32. A captação de imagens de animais fora dos empreendimentos registrados, onde requeira o transporte de animais para estúdio ou estrutura assemelhada, requer autorização prévia, que deverá ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Art. 33. O uso e veiculação de imagens não requer autorização do IAP, sendo vedada a exibição de imagens que estimulem atividades ilegais.

Art. 34. Deverá ser veiculada a apresentação de dados referentes: à legalidade da captação de imagens e o bem-estar animal durante a filmagem frisando a ausência de maus tratos.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 35. O descumprimento das disposições desta Portaria, dos termos das Licenças Ambientais e de eventual Termo de Ajustamento de Conduta sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outros dispositivos normativos pertinentes, sem prejuízo do

dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do art. 225, § 4º, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938, de 1981.

Art. 36. O Instituto Ambiental do Paraná poderá reformular e/ou complementar os critérios estabelecidos na presente Portaria de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

Art. 37. Casos omissos não tratados nesta Portaria serão analisados pelo IAP.

Art. 38. Os anexos desta Portaria estarão disponíveis na parte de legislação do site do IAP no endereço: http://celepar7.pr.gov.br/sia/AtosNormativos/form_cons_ato.asp.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO V

1. AMBIENTAL. CRIMES CONTRA A FAUNA. ART. 29, § 1º, INCISO III, DA LEI N. 9.605/98. CATIVEIRO DE ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE NATIVA. CATURRITAS. 1. **Réu que mantinha em cativeiro aves silvestres, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.** 2. Passeriformes cuja identificação, no caso, dispensa perícia técnica. 3. **Apreensão de aves cuja proteção não é absoluta, tanto que permitida, periodicamente, sua eliminação.** Existência de consultas públicas reiteradas visando a permitir **comercialização e criação de caturritas como aves de estimação.** 4. Quantidade da apreensão que não afeta o equilíbrio ecológico. **Inexistência de dano ao meio ambiente.** RECURSO PROVIDO. (Recurso Crime Nº 71003834819, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Edson Jorge Cechet, Julgado em 28/01/2013) (grifo nosso)

(TJ-RS - RC: 71003834819 RS , Relator: Edson Jorge Cechet, Data de Julgamento: 28/01/2013, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 30/01/2013)

2. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIES DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO IBAMA. ESPÉCIE NÃO CONSIDERADA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO. CONVIVÊNCIA DOMÉSTICA. ART. 29, § 2º, LEI Nº 9.605/98. CABIMENTO. 1. À vista da legislação ambiental e ante a ausência de provas em sentido contrário depreende-se da análise dos autos que as aves apreendidas não estão enquadradas entre as espécies consideradas ameaçadas de extinção. Trata-se, portanto, no caso em exame, de **guarda doméstica de espécime silvestre.** 2. As fotografias juntadas aos autos corroboram o entendimento de que **a espécie de ave, objeto da apreensão, embora silvestre, convive com os donos domesticamente e em liberdade, atraídas por cuidados com alimentação.** 3. Ante a ausência de reincidência do autor, e presentes as demais circunstâncias, deve ser aplicado ao caso vertente o disposto no art. 29, § 2º, Lei 9.605/98. 4. Nega-se provimento ao recurso de apelação.

(TRF-1 - AC: 3075 MG 2003.38.00.003075-0, Relator: JUIZ FEDERAL RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 29/01/2013, 4ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: e-DJF1 p.513 de 05/02/2013)

3. AMBIENTAL. CRIAÇÃO DE PASSERIFORMES EM CATIVEIRO. ANIMAIS SILVESTRES JÁ DOMESTICADOS. AUSÊNCIA DE CADASTRAMENTO. APREENSÃO PELO IBAMA. LEI N. 9.605/1998. APLICAÇÃO DE MULTA. CONVERSÃO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (ART. 18, IN 79/2005). REINCIDÊNCIA. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE READAPTAÇÃO AO MEIO AMBIENTE. NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS. MANUTENÇÃO DA GUARDA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 1. Conforme andamento processual, o Agravo de Instrumento n. 2006.01.00.018787-6, interposto da decisão em que deferida a antecipação de tutela, encontra-se com baixa definitiva. 2. Considerou a juíza: a) quanto à isenção da multa, embora o art. 11, § 2º, do Decreto 3.179/99 "trate de atividade

discrecional da Administração, cabe ao Judiciário verificar se a ré, ao aplicar a sanção, agiu obedecendo às normas e princípios legais, mesmo porque a própria Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"; b) "não há nos autos qualquer fundamentação para o indeferimento do benefício ao autor e tudo leva a crer que tal benefício não foi sequer cogitado pela Administração "; c) por se tratar de benefício que a lei oportunizou ao particular, não poderia deixar de ser observado pela autoridade administrativa; para que fosse negado, seria imprescindível que houvesse a efetiva análise das circunstâncias fáticas e a fundamentação da decisão, observados os princípios da razoabilidade, da moralidade e da finalidade"; d) "é função do aplicador do direito a adequação da lei à realidade, atento aos fins sociais a que ela se dirige, nos termos do art. 5º da LICC. Dessa forma, entendo extremamente desarrazoada a aplicação de uma multa de R\$ 10.000,00 a pessoa com rendimento médio mensal de R\$ 300,00". 3. Diz o Autor na inicial: a) "os espécimes estão em perfeitas condições físicas e bem cuidados, corroborando esse entendimento o fato de o autor ter sido nomeado depositário dos animais"; b) **os animais já estão domesticados, "seja por terem nascido em cativeiro de pais que já se encontravam na mesma situação, seja por já terem perdido a liberdade há tanto tempo que já se tornaram totalmente dependentes do ser humano, mesmo para suas necessidades básicas, sendo que, se soltos, não tardariam a morrer"**. Desinfluyente, assim, a alegação de que "o autor em momento algum da inicial formula pretensão quanto à guarda dos animais, o que revela a violação pela sentença ao princípio da congruência", razão pela qual não há falar em sentença extra petita. 4. Dispunha o Decreto n. 3.179/99: "Art. 11 § 2º No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, nos termos do § 2º do art. 29 da Lei no 9.605, de 1998". 5. Administrativamente, peticionou o Autor, de próprio punho: **"Fui multado no valor de 10.000 mil reais não tenho como pagar sou pobre e só ganho um salário mínimo e é com este salário que sustento a minha família (...) não sobra nada nem pra compra alguma coisinha a mais e não tem ninguém que está trabalhando para poder me ajudar"** (sic). Pelo que se pode inferir, não se sustenta o argumento de que "o Autor em momento algum no processo administrativo requereu que lhe fosse concedido o perdão da multa". 6. Em caso análogo julgou o TRF da 5ª Região: **"como de fato é comum diante de longo convívio (mais de 10 anos), efetivou-se a afetação emocional entre o Impetrante, então depositário, e os animais, já domesticados. Mostra-se inviável a apreensão dos mesmos, para fins de que continuem em cativeiro de posse do IBAMA, longe dos donos a que estão emocionalmente vinculados, bem como a sua soltura em razão da impossibilidade de adaptação ao meio ambiente. Tornaram-se animais que não desenvolveram instintos de caça e de defesa e, provavelmente, não se adaptariam ao convívio com animais de sua própria espécie"** (APELREEX 200882000057705, Rel. Desembargador Federal Francisco Barros Dias, Segunda Turma, DJE de 04/03/2010). 7. De outra feita decidiu o TRF da 4ª Região: **"Não faz sentido em mudar-se o 'habitat' de animais silvestres mantidos em cativeiro doméstico por mais de vinte anos, seja pela perda de contato com o 'habitat' natural, seja pelos laços afetivos estabelecidos no novo 'habitat', seja pelo risco de frustrar-se a readaptação com possibilidade de evento letal"** (APELREEX 200871070029171, Rel. Desembargador Sérgio Renato Tejada Garcia, Quarta Turma, D.E. de 28/09/2009). 8. Em impugnação à contestação, requereu o Autor

conversão da multa em prestação de serviços, ao argumentado de que "não há que se falar em discricionariedade no ato de conversão da multa pela Administração, uma vez que, preenchidos os requisitos legais para o ato, conta o administrado com direito subjetivo à sua concessão". 9. Considerando-se as condições econômicas do Autor e em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, afigura-se cabível a alternativa, prevista na Instrução Normativa n. 79, de 13/12/2005, do IBAMA, cujo art. 18 prevê: "Na impossibilidade da reparação ou da indenização do dano ambiental, assim devidamente avaliado pelo Ibama, o infrator poderá pleitear a conversão da multa em prestação de serviços de forma direta ou indireta, objetivando a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, na forma prevista no art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605/98 e 2º, § 4º, do Decreto 3.179/99". 10. Sobre o tema, deliberou esta Corte: "1. Consoante Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o IBAMA/MG e a Defensoria Pública da União, pode-se converter multa ambiental (por manutenção em cativeiro de 07 pássaros silvestres brasileiros) em medida de cunho educativo (prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação), a teor do art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605/98, não vicejando a mera vontade do IBAMA em denunciar o aludido pacto, que, enquanto vigente, assegura à autora a conversão aludida, que, ao que consta, ostenta a necessária eficácia comum às sanções (reprimir e educar). 2 - Há previsão legal para que o Juiz deixe de aplicar a pena (§ 2º do art. 29 da Lei nº 9.605/99 e art. 11, § 2º, do Decreto nº 3.179/99) e, no caso, não há notícia de que as aves, embora da fauna silvestre brasileira, estejam em risco de extinção" (AG 200701000243936, Juiz Federal Convocado Rafael Paulo Soares Pinto, Sétima Turma, DJ de 09/11/2007). 11. Deve-se considerar, ainda, não haver registro de que o Autor seja reincidente no cometimento da infração em questão. 12. Apelação parcialmente provida para restabelecer a pena de multa, reduzida ao valor de R\$ 1.000,00 convertendo-a em medida de cunho educativo (prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente), a ser estabelecida pelo juiz da execução.

(TRF-1 - AC: 6974 MG 2006.38.00.006974-7, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 23/04/2012, QUINTA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.1453 de 11/05/2012)

4. ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. APREENSÃO DE MACACO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1º DA LEI 5.197/1997 E DO ART. 25 DA LEI 9.605/1998. INEXISTÊNCIA.

1. Hipótese em que foi assegurada a posse do impetrante sobre uma fêmea de "macaco-barrigudo", mantida em cativeiro doméstico por mais de 19 (dezenove) anos e apreendida pelo Ibama por falta de autorização.

2. O Tribunal Regional afastou a necessidade de dilação probatória e manteve a sentença concessiva da segurança com base nas peculiaridades do caso concreto, sobretudo a dificuldade de adaptação do animal a um novo habitat; o bom estado de saúde demonstrado pelo boletim de ocorrência, o laudo médico e demais documentos colacionados aos autos pelo impetrante; e a relevância do interesse humano envolvido, considerando que a criação da primata pelo longo período gerou vínculo afetivo com a família, em especial com uma pessoa com deficiência mental.

3. A fauna silvestre, constituída por animais "que vivem naturalmente fora do cativeiro", conforme expressão legal, é propriedade do Estado (isto é, da União) e, portanto, bem público. In casu, **ainda que não se possa afirmar tratar-se de**

animal totalmente domesticado, o longo período de vivência em cativeiro doméstico mitiga a sua qualificação como silvestre.

4. Inexiste violação do art. 1º da Lei 5.197/1997 e do art. 25 da Lei 9.605/1998, pois a hipótese em análise é sui generis e legítima as razoáveis ponderações feitas pelo julgador ordinário para **assegurar o direito à manutenção da posse da macaca com o impetrante e sua família**. Não se pode olvidar que a legislação deve buscar a efetiva proteção dos animais, finalidade observada pelo julgador ordinário. Incidência da Súmula 7 do STJ.

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1085045/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2009, DJe 04/05/2011)

5. HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. GUARDA, EM RESIDÊNCIA, DE AVES SILVESTRES NÃO AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO (UMA ARARA VERMELHA, UM PASSARINHO CONCRIZ E UM XEXÉU, DOIS GALOS DE CAMPINA E UM PAPAGAIO). FLAGRANTE DURANTE BUSCA E APREENSÃO REALIZADA POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO, QUE APURAVA CRIME TRIBUTÁRIO (OPERAÇÃO CEVADA). INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DO PACIENTE DESAUTORIZADAS, NAQUELES AUTOS, POR FALTA DE CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE (LANÇAMENTO DEFINITIVO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO). CONTAMINAÇÃO DAS PROVAS. FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE MANDADO JUDICIAL. CRIME PERMANENTE. ESTADO DE FLAGRÂNCIA. ART. 5, XI DA CF. PRECEDENTES DO STJ. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE LESÃO AO BEM JURÍDICO PROTEGIDO PELA NORMA PENAL DE PROTEÇÃO À FAUNA. ORDEM CONCEDIDA, PARA TRANCAR O INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO CONTRA O PACIENTE.

1. No HC 57.624/RJ, relatado pelo Ministro PAULO MEDINA (DJU 12.03.07), a que faz referência a inicial, restaram cassadas as autorizações judiciais para a quebra do sigilo das comunicações telefônicas do paciente, para o efeito de investigação de crime de sonegação fiscal, porque deferidas antes de configurada a condição objetiva de punibilidade do delito, qual seja, o lançamento definitivo do crédito tributário. Como o que ocorreu, no tocante ao crime ora em apuração, foi o flagrante, realizado no momento de busca e apreensão em sua residência, não vislumbro a ocorrência de contaminação das provas, até porque não está devidamente provado que essa busca resultou daquelas interceptações.

2. Afastam-se as teses de necessidade de mandado judicial ou de existência de violação de domicílio, pois o crime em questão, nas modalidades de guardar ou ter em cativeiro animal silvestre, é de natureza permanente, prolongando-se sua consumação no tempo e, conseqüentemente, o estado de flagrância, o que permite à autoridade policial adentrar na residência do paciente sem qualquer determinação judicial, ex vi do art. 5º, inciso XI da Carta Magna.

3. **A Lei 9.605/98 objetiva concretizar o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservado para as futuras gerações**, referido no art. 225, caput da Constituição Federal, que, em seu § 1º, inciso VII, dispõe ser dever do Poder Público, para assegurar a efetividade desse direito, proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

4 Dessa forma, **para incidir a norma penal incriminadora, é indispensável que a guarda, a manutenção em cativeiro ou em depósito de animais silvestres, possa, efetivamente, causar risco às espécies ou ao ecossistema, o que não se verifica no caso concreto, razão pela qual é plenamente aplicável, à hipótese, o princípio da insignificância penal.**

5. A própria lei relativiza a conduta do paciente, quando, no § 2o. do art. 29, estabelece o chamado perdão judicial, conferindo ao Juiz o poder de **não aplicar a pena no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não ameaçada de extinção**, como no caso, restando evidente, por conseguinte, a ausência de justa causa para o prosseguimento do Inquérito Policial, pela desnecessidade de movimentar a máquina estatal, com todas as implicações conhecidas, para apurar **conduta desimportante para o Direito Penal, por não representar ofensa a qualquer bem jurídico tutelado pela Lei Ambiental.**

6. Ordem concedida, para trancar o Inquérito Policial 2006.83.00.002928-4 instaurado contra o paciente, mas abrangendo única e exclusivamente à apreensão das aves, não se aplicando a quaisquer outros inquéritos ou ações de que o paciente seja participante, em que pese o parecer ministerial em sentido contrário.

(HC 72.234/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007, p. 307)